

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	 10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	17
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	40
4. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	42
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	50
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	53
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	54
8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	54
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	55
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	56
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	60
12. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	60
13. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	62
14. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	62
15. INVESTIMENTOS.....	65
16. IMOBILIZADO	78
17. INTANGÍVEIS.....	82
18. FORNECEDORES	84
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	84
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	85
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	89
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	89
23. PROVISÕES	94
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	103
25. RECEITA	108
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	111
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	114
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	115
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	117
30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	126
31. SEGUROS	127
32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	128
33. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	128

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.201.827	1.919.125	2.103.870	286.183	1.057.122	226.695
Títulos e Valores Mobiliários	7	933.571	657.142	356.327	163.591	27.363	180.000
Consumidores e Revendedores	8	1.911.731	1.858.129	2.067.349	-	-	-
Concessionários – Transporte de Energia		240.520	347.371	295.838	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	2.254	287.692	42.106	-	-	-
Tributos Compensáveis	9	481.544	216.746	228.554	4.817	62.100	72.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	248.615	228.968	135.221	-	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		42.617	20.755	22.080	-	-	-
Dividendos a Receber		17.086	113.364	73.578	1.202.165	511.043	195.196
Fundos Vinculados		1.877	132.493	3.386	98	233	99
Estoques		37.726	41.204	31.041	12	12	15
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	29	-	20.445	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	-	2.422.099	-	-	2.422.099	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	13	174.613	-	-	-	-	-
Outros Créditos		374.802	538.219	408.453	10.591	12.522	8.702
TOTAL DO CIRCULANTE		6.668.783	8.803.752	5.767.803	1.667.457	4.092.494	683.277
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e Valores Mobiliários	7	89.723	99.116	-	16.534	7.627	-
Concessionários – Transporte de Energia		8.288	10.440	11.931	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	-	-	1.830.075	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	12	-	-	-	-	-	1.010.079
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	1.220.896	1.303.920	931.438	322.372	392.637	431.687
Tributos Compensáveis	9	382.075	391.608	281.252	6.553	4.757	4.334
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	177.499	27.911	19.548	177.499	27.911	19.548
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.180.274	1.300.507	1.276.232	147.839	270.702	275.721
Consumidores e Revendedores	8	180.307	221.150	61.822	-	-	-
Outros Créditos		83.369	97.678	83.822	25.741	39.788	50.694
Ativo Financeiro da Concessão	14	5.840.683	5.475.463	3.834.358	-	-	-
Investimentos	15	6.160.800	6.855.253	6.351.309	11.764.443	11.827.567	11.929.888
Imobilizado	16	5.817.455	6.108.729	6.392.332	1.313	1.584	1.723
Intangível	17	2.003.990	1.874.354	2.779.400	753	981	657
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.145.359	23.766.129	23.853.519	12.463.047	12.573.554	13.724.331
TOTAL DO ATIVO		29.814.142	32.569.881	29.621.322	14.130.504	16.666.048	14.407.608

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Fornecedores	18	1.066.358	1.305.935	843.697	15.325	12.338	12.059
Encargos Regulatórios	21	153.437	317.048	271.409	-	-	-
Participações nos Lucros		124.930	84.123	87.800	10.820	7.776	9.357
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	498.553	515.425	460.908	66.879	60.119	35.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	19b	34.899	31.946	29.590	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.107.664	3.478.810	1.243.086	1.107.664	3.478.810	1.243.086
Empréstimos e Financiamentos	20	1.056.225	4.901.538	2.633.655	-	1.102.721	1.011.830
Debêntures	20	1.181.541	1.564.531	1.870.176	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		185.693	226.743	241.488	9.957	11.169	12.987
Obrigações Pós-emprego	22	138.076	51.227	74.441	7.759	2.520	3.706
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	-	11.132	8.646
Concessões a Pagar		20.400	16.270	7.990	-	-	-
Outras Obrigações		353.865	304.710	334.629	30.834	15.147	15.137
TOTAL DO CIRCULANTE		5.921.641	12.798.306	8.098.869	1.249.238	4.701.732	2.352.548
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios	21	193.025	169.201	261.930	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	20	2.379.259	1.608.770	3.825.345	-	-	18.397
Debêntures	20	4.840.339	2.340.954	2.174.715	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	705.497	686.172	773.370	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	255.813	307.188	333.305	-	-	-
Provisões	23	306.385	265.476	311.069	67.714	146.089	185.952
Concessões a Pagar		151.995	171.448	129.629	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	22	2.310.652	2.574.948	1.956.238	117.558	205.733	117.532
Outras Obrigações		111.179	97.422	90.588	57.637	62.498	66.915
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.254.144	8.221.579	9.856.189	242.909	414.320	388.796
TOTAL DO PASSIVO		17.175.785	21.019.885	17.955.058	1.492.147	5.116.052	2.741.344
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24						
Capital Social		6.294.208	4.265.091	3.412.073	6.294.208	4.265.091	3.412.073
Reservas de Capital		1.924.733	3.953.850	3.953.850	1.924.733	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		3.839.882	2.856.176	3.292.871	3.839.882	2.856.176	3.292.871
Ajustes de Avaliação Patrimonial		579.534	474.879	1.007.470	579.534	474.879	1.007.470
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.638.357	11.549.996	11.666.264	12.638.357	11.549.996	11.666.264
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.814.142	32.569.881	29.621.322	14.130.504	16.666.048	14.407.608

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	25	14.627.280	14.137.358	321	334
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	26				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.207.283)	(4.682.636)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(575.050)	(883.049)	-	-
		(5.782.333)	(5.565.685)	-	-
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e Administradores		(946.081)	(950.367)	-	-
Materiais		(111.277)	(60.057)	-	-
Serviços de Terceiros		(672.225)	(741.229)	-	-
Depreciação e Amortização		(782.102)	(729.424)	-	-
Provisões Operacionais		(212.100)	(43.362)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(130.895)	(184.957)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(974.977)	(1.335.787)	-	-
Outras		(236.767)	(84.078)	-	-
		(4.066.424)	(4.129.261)	-	-
CUSTO TOTAL		(9.848.757)	(9.694.946)	-	-
LUCRO BRUTO		4.778.523	4.442.412	321	334
DESPESAS OPERACIONAIS	26				
Despesas com Vendas		(121.005)	(227.077)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(798.841)	(537.411)	(76.894)	(57.134)
Outras Despesas Operacionais		(463.353)	(1.068.653)	(33.928)	(462.112)
		(1.383.199)	(1.833.141)	(110.822)	(519.246)
Resultado de Equivalência Patrimonial		763.808	865.450	2.944.430	2.638.623
Ganho na Alienação de Investimento		284.298	-	378.378	-
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento		(80.959)	-	(80.959)	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		4.362.471	3.474.721	3.131.348	2.119.711
Receitas Financeiras	27	885.503	2.923.427	98.359	2.476.610
Despesas Financeiras	27	(1.193.978)	(1.293.882)	(28.412)	(137.282)
Resultado antes dos Impostos		4.053.996	5.104.266	3.201.295	4.459.039
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10c	(993.941)	(1.035.976)	(59.288)	(119.019)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	43.800	203.395	(38.152)	(68.335)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		3.103.855	4.271.685	3.103.855	4.271.685
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	24	2,47	3,39	2,47	3,39
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	24	2,47	3,39	2,47	3,39

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.103.855	4.271.685	3.103.855	4.271.685
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	175.464	(471.234)	62.333	10.197
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	30.845	55.852	143.976	(425.579)
	206.309	(415.382)	206.309	(415.382)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	7.473	4.671	7.402	3.721
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	(71)	(950)	-	-
	7.402	3.721	7.402	3.721
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.317.566	3.860.024	3.317.566	3.860.024

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011						
ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.086.154	-	11.744.948
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.2)	-	-	-	(78.684)	-	(78.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 AJUSTADOS						
PELAS MUDANÇAS DE PRÁTICA CONTÁBIL	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.007.470	-	11.666.264
Resultado do exercício	-	-	-	-	4.271.685	4.271.685
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	60.523	-	60.523
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(950)	-	(950)
Ajuste de passivo atuarial	-	-	-	(471.234)	-	(471.234)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(411.661)	4.271.685	3.860.024
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Aumento do Capital Social	853.018	-	(853.018)	-	-	-
Dividendos ordinários (R\$0,69 por ação)	-	-	-	-	(589.976)	(589.976)
Juros sobre capital próprio (R\$1,99 por ação)	-	-	-	-	(1.700.000)	(1.700.000)
Dividendos extraordinários (R\$1,88 por ação)	-	-	(1.600.000)	-	-	(1.600.000)
Dividendos adicionais propostos em 2011 (R\$0,13 por ação)	-	-	(86.316)	-	-	(86.316)
Dividendos adicionais propostos em 2012 (R\$0,74 por ação)	-	-	628.131	-	(628.131)	-
Constituição de Reservas						
Reserva Legal	-	-	170.603	-	(170.603)	-
Retenção de Lucros	-	-	1.303.905	-	(1.303.905)	-
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(120.930)	120.930	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	4.265.091	3.953.850	2.856.176	474.879	-	11.549.996
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.103.855	3.103.855
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	38.318	-	38.318
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(71)	-	(71)
Ajuste de passivo atuarial	-	-	-	175.464	-	175.464
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	213.711	3.103.855	3.317.566
Outras mutações no Patrimônio Líquido:						
Aumento do Capital Social	2.029.117	(2.029.117)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos em 2012 (R\$0,50 por ação)	-	-	(628.131)	-	-	(628.131)
Dividendos ordinários (R\$0,85 por ação)	-	-	-	-	(1.067.925)	(1.067.925)
Juros sobre capital próprio (R\$0,42 por ação)	-	-	-	-	(533.149)	(533.149)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,04 por ação)	-	-	54.528	-	(54.528)	-
Constituição de Reservas						
Reserva Estatutária	-	-	1.557.309	-	(1.557.309)	-
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(109.056)	109.056	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.294.208	1.924.733	3.839.882	579.534	-	12.638.357

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	3.103.855	4.271.685	3.103.855	4.271.685
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	950.141	832.581	97.440	187.354
Depreciação e Amortização	823.668	763.168	491	330
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	32.976	210.582	8	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(763.808)	(865.450)	(2.944.430)	(2.638.623)
Juros e Variações Monetárias	941.518	(1.448.389)	(22.087)	(2.364.983)
Ganho na Alienação de Investimentos	(284.298)	-	(378.378)	-
Ganho na Indenização de Ativos	(20.673)	-	-	-
Lucros Não Realizados	80.959	-	80.959	-
Provisões para Perdas Operacionais	305.239	670.792	(27.866)	363.299
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.685)	(21.499)	-	-
Obrigações Pós-emprego	269.174	227.418	21.371	14.710
	<u>5.437.066</u>	<u>4.640.888</u>	<u>(68.637)</u>	<u>(166.228)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(133.764)	(177.185)	-	-
Tributos Compensáveis	(255.265)	(98.548)	55.487	10.047
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	(222.912)	(206.333)	(95.761)	45.588
Transporte de Energia	109.003	(50.042)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	120.233	(24.275)	122.863	5.018
Dividendos recebidos de investimentos	554.469	684.057	1.148.384	2.133.748
Ativo Financeiro	286.004	(192.311)	-	-
Outras	6.567	(112.300)	15.978	13.972
	<u>464.335</u>	<u>(176.937)</u>	<u>1.246.951</u>	<u>2.208.373</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(239.577)	461.646	2.987	279
Impostos, Taxas e Contribuições	2.453	(32.681)	6.760	(94.640)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.953	2.264	-	-
Salários e Contribuições Sociais	(41.050)	(14.745)	(1.212)	(3.399)
Encargos Regulatórios	(139.787)	(47.090)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(180.765)	(196.402)	(9.862)	(10.176)
Outros	(21.729)	(55.201)	(47.773)	(1.921)
	<u>(617.502)</u>	<u>117.791</u>	<u>(49.100)</u>	<u>(109.857)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>5.283.899</u>	<u>4.581.742</u>	<u>1.129.214</u>	<u>1.932.288</u>
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(813.433)	(818.071)	(17.784)	(100.800)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(955.206)	(934.942)	(113.115)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u><u>3.515.260</u></u>	<u><u>2.828.729</u></u>	<u><u>998.315</u></u>	<u><u>1.831.488</u></u>

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(267.036)	(399.931)	(145.135)	145.010
Em Ativos Financeiros	(91.176)	(107.305)	-	-
Amortização das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.465.646	1.497.570	2.465.646	1.355.715
Aporte em FIDC	-	-	-	(750.519)
Fundos Vinculados	130.616	(129.107)	135	-
Em Investimentos				
Aquisição de Controlada em conjunto, líquida do caixa adquirido	(94.184)	-	-	-
Alienação de Investimentos	1.691.415	-	1.619.987	-
Aporte em Investidas	(355.406)	(395.513)	(3.139)	(65.876)
Em Imobilizado	(69.250)	(108.786)	-	(31)
Em Intangível	(907.896)	(1.263.390)	-	(484)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.502.729	(906.462)	3.937.494	683.815
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.466.516	4.916.358	-	1.081.105
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(3.601.452)	(5.275.786)	(1.106.397)	(1.018.397)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(4.600.351)	(1.747.584)	(4.600.351)	(1.747.584)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.735.287)	(2.107.012)	(5.706.748)	(1.684.876)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	282.702	(184.745)	(770.939)	830.427
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	1.919.125	2.103.870	1.057.122	226.695
No fim do exercício	2.201.827	1.919.125	286.183	1.057.122
	282.702	(184.745)	(770.939)	830.427

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2013		2012 Reapresentado		2013		2012 Reapresentado	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	18.393.975		18.744.395		321		334	
Receita de Construção de Distribuição	883.801		1.228.483		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	91.176		107.304		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	20.673		192.311		-		-	
Receita na Alienação de Investimentos	1.691.415		-		1.619.987		-	
Outras Receitas	31.440		5.061		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(121.005)		(227.077)		-		-	
	20.991.475		20.050.477		1.620.308		334	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.701.145)		(5.088.934)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(644.275)		(991.385)		-		-	
Serviços de Terceiros	(1.377.793)		(1.453.673)		(17.586)		(22.451)	
Materiais	(514.401)		(719.204)		(494)		(182)	
Custo na Alienação de Investimentos	(1.407.117)		-		(1.241.609)		-	
Provisões Operacionais	(305.239)		(670.792)		27.866		(400.353)	
Outros Custos Operacionais	(218.627)		(103.964)		(31.534)		(38.192)	
	(10.168.597)		(9.027.952)		(1.263.357)		(461.178)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	10.822.878		11.022.525		356.951		(460.844)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(823.668)		(763.168)		(491)		(330)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	9.999.210		10.259.357		356.460		(461.174)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	763.808		865.450		2.944.430		2.638.623	
Lucros Não Realizados	(80.959)		-		(80.959)		-	
Receitas Financeiras	885.503		2.923.427		98.359		2.476.610	
	11.567.562		14.048.234		3.318.290		4.654.059	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
				%				%
Empregados	1.556.985	13,46	1.445.322	10,29	71.279	2,14	45.026	0,97
Remuneração direta	987.635	8,54	982.052	6,99	35.319	1,06	19.375	0,42
Benefícios	416.857	3,60	367.753	2,62	28.012	0,84	20.921	0,45
FGTS	63.804	0,55	62.355	0,44	4.200	0,13	3.860	0,08
Outras	88.689	0,77	33.162	0,24	3.748	0,11	870	0,02
				-				-
Impostos, Taxas e Contribuições	5.605.824	48,46	6.920.479	49,26	109.699	3,31	199.167	4,28
Federais	2.814.221	24,33	3.823.698	27,22	109.480	3,30	198.874	4,27
Estaduais	2.784.309	24,07	3.089.189	21,99	177	0,01	258	0,01
Municipais	7.294	0,06	7.592	0,05	42	-	35	0,00
				-				-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.300.898	11,25	1.410.748	10,04	33.457	1,01	138.181	2,97
Juros	1.193.977	10,32	1.306.694	9,30	28.412	0,86	137.281	2,95
Aluguéis	106.921	0,93	104.054	0,74	5.045	0,15	900	0,02
				-				-
Remuneração de Capitais Próprios	3.103.855	26,83	4.271.685	30,41	3.103.855	93,54	4.271.685	91,78
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	1.601.074	13,84	2.289.976	16,30	1.601.074	48,25	2.289.976	49,20
Lucros Acumulados	1.502.781	12,99	1.981.709	14,11	1.502.781	45,29	1.981.709	42,58
	11.567.562	100,00	14.048.234	100,00	3.318.290	100,00	4.654.059	100,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 51 usinas, sendo 47 usinas hidrelétricas, 3 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;
 - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15.
- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012.

Controladas e controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para agosto de 2014;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. A previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15.

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada: Nordeste Transmissora de Energia S.A. (“NTE”), Abengoa Participações Holding S.A. (“Abengoa”), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”), Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”); União de Transmissoras de Energia Elétrica (“UNISA”); Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto); Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto); Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto); Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto); Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto) e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto);
- Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:
 - Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda, Ganhães Energia S.A. e Renova Energia S.A.;
- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação societária na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.;
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig Geração e Transmissão S.A. participa com 49%;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) - Participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%);
- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) antiga Lighthidro passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, que tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);

- CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“E-Power”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, que tem como objeto principal fabricar veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”. A Light S.A. e CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A., denominada “Kasinski”, são os únicos acionistas da Companhia, cada uma detentora, respectivamente, de 20% e 80% das ações ordinárias nominativas da E-Power.

- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. A previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15.

- Renova Energia S.A. (“Renova Energia”) (controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. A Renova Energia tem participação direta ou indireta que totaliza 1.953,3 MW contratados, dos quais 484,6 MW estão em operação ou aptos a operar.

- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”) (controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (anteriormente denominada Central Termelétrica de Cogeração S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados;

- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;
- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 25,64% de participação na Light;

- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes;

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia e as Demonstrações Contábeis individuais da controladora estão sendo apresentado lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Contábeis.

Em 06 de março de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2013.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 14 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 16 – Imobilizado;
- Nota 17 – Intangíveis;
- Nota 16 – Depreciação;
- Nota 17 – Amortização;
- Nota 22 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 23 – Provisões;
- Nota 25 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 30 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, por entender que seus investimentos se caracterizam como joint ventures de acordo com a norma revisada, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

A seguir, apresentamos um resumo dos principais efeitos nas Demonstrações Contábeis:

01/01/2012	Consolidado				Controladora		
Balanco Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Ativo Circulante	8.531.649	-	(2.763.846)	5.767.803	683.277	-	683.277
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.235.869	33.824	(338.255)	931.438	424.449	7.238	431.687
Investimentos	176.740	(13.025)	6.187.594	6.351.309	11.994.523	(64.635)	11.929.888
Demais Ativos Não Circulantes	27.064.625	-	(10.493.853)	16.570.772	1.362.756	-	1.362.756
Total do Ativo Não Circulante	28.477.234	20.799	(4.644.514)	23.853.519	13.781.728	(57.397)	13.724.331
Passivo Circulante	12.169.346	-	(4.070.477)	8.098.869	2.352.548	-	2.352.548
Passivo Não Circulante							
Obrigações Pós-emprego	2.186.568	99.483	(329.813)	1.956.238	96.245	21.287	117.532
Demais Passivos Não Circulante	10.908.021	-	(3.008.070)	7.899.951	271.264	-	271.264
Total do Passivo Não Circulante	13.094.589	99.483	(3.337.883)	9.856.189	367.509	21.287	388.796
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.086.154	(78.684)	-	1.007.470	1.086.154	(78.684)	1.007.470
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	10.658.794	-	-	10.658.794	10.658.794	-	10.658.794
Total do Patrimônio Líquido	11.744.948	(78.684)	-	11.666.264	11.744.948	(78.684)	11.666.264

31/12/2012	Consolidado				Controladora		
Balanco Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Ativo Circulante	11.990.079	-	(3.186.327)	8.803.752	4.092.494	-	4.092.494
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.451.794	174.047	(321.921)	1.303.920	357.354	35.283	392.637
Investimentos	225.599	(55.852)	6.685.506	6.855.253	12.253.148	(425.581)	11.827.567
Demais Ativos Não Circulantes	27.105.489	-	(11.498.533)	15.606.956	353.350	-	353.350
Total do Ativo Não Circulante	28.782.882	118.195	(5.134.948)	23.766.129	12.963.852	(390.298)	12.573.554
Passivo Circulante	14.307.372	-	(1.509.066)	12.798.306	4.701.732	-	4.701.732
Passivo Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social	947.870	(51.699)	(588.983)	307.188	-	-	-
Obrigações- Pós Emprego	2.229.081	663.960	(318.093)	2.574.948	101.965	103.768	205.733
Demais Passivos Não Circulante	11.244.576	-	(5.905.133)	5.339.443	208.587	-	208.587
Total do Passivo Não Circulante	14.421.527	612.261	(6.812.209)	8.221.579	310.552	103.768	414.320
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	968.945	(494.066)	-	474.879	968.945	(494.066)	474.879
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	11.075.117	-	-	11.075.117	11.075.117	-	11.075.117
Total do Patrimônio Líquido	12.044.062	(494.066)	-	11.549.996	12.044.062	(494.066)	11.549.996

31/12/2012	Consolidado		
Demonstração de Resultado	Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Receita	18.460.375	(4.323.017)	14.137.358
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica	(7.456.982)	1.891.297	(5.565.685)
Custo de Operação	(4.926.551)	797.290	(4.129.261)
Custo Total	(12.383.533)	2.688.587	(9.694.946)
Lucro Bruto	6.076.842	(1.634.430)	4.442.412
Despesa Operacional	(2.255.461)	422.320	(1.833.141)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)	868.722	865.450
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.082.602	(607.880)	3.474.722
Resultado Financeiro	1.252.324	377.221	1.629.545
Resultado antes dos Impostos	5.334.926	(230.660)	5.104.266
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.063.241)	230.660	(832.581)
RESULTADO DO PERÍODO	4.271.685	-	4.271.685

31/12/2012	Consolidado				Controladora		
Demonstrações de Resultados Abrangentes	Publicado	Crítérios de Consolidação	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Ajustado	Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Ajustado
Resultado do Exercício	4.271.685	-	-	4.271.685	4.271.685	-	4.271.685
Outros Resultados Abrangentes							
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado							
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	(415.382)	(415.382)	-	(415.382)	(415.382)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.671	(4.671)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	4.671	-	4.671	3.721	-	3.721
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	(950)	-	-	(950)	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	4.275.406	-	(415.382)	3.860.024	4.275.406	(415.382)	3.860.024

31/12/2012	Consolidado		
Demonstração do Fluxo de Caixa	Publicado	Crítérios de Consolidação	Reclassificado
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	3.278.149	(850.747)	2.427.402
Caixa Líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	7.985	(2.114.997)	(2.107.012)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(3.609.844)	3.104.709	(505.135)
Variação Líquida do caixa e equivalentes de caixa	(323.710)	138.965	(184.745)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	2.862.490	(758.620)	2.103.870
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.538.780	(619.655)	1.919.125
Variação Líquida do caixa e equivalentes de caixa	(323.710)	138.965	(184.745)

31/12/2012	Nota	Consolidado			Controladora		
Demonstração do Valor Adicionado		Publicado	Crítérios de Consolidação	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receitas		26.194.500	(6.144.023)	20.050.477	334	-	334
Insumos adquiridos de terceiros	a;b	(12.017.079)	2.989.127	(9.027.952)	(461.177)	(1)	(461.178)
Retenções		(1.000.556)	237.388	(763.168)	(330)	-	(330)
Valor adicionado recebido em transferência	b	3.513.085	275.792	3.788.877	5.156.899	(41.666)	5.115.233
Valor adicionado a distribuir		16.689.950	(2.641.716)	14.048.234	4.695.726	(41.667)	4.654.059
Distribuição do Valor Adicionado							
Empregados	a;b	1.656.256	(210.934)	1.445.322	45.110	(84)	45.026
Impostos, taxas e Contribuições	a;b	8.666.467	(1.745.988)	6.920.479	240.668	(41.501)	199.167
Remuneração de capitais de terceiros	a;b	2.095.542	(684.794)	1.410.748	138.263	(82)	138.181
Remuneração de capitais próprios		4.271.685	-	4.271.685	4.271.685	-	4.271.685
Valor adicionado distribuído.		16.689.950	(2.641.716)	14.048.234	4.695.726	(41.667)	4.654.059

As reclassificações acima apresentadas, apesar de consideradas imateriais pela Administração, foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos de concessão por natureza de gastos;
- Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas informações Contábeis.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Lei 12.783/13, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como Patrimônio Líquido. O capital preferencial é classificado como Patrimônio Líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do Capital Social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “hedge de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “hedge de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto que se caracterizam como “joint ventures” são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Nas Demonstrações Contábeis consolidadas as informações financeiras das controladas em conjunto, que se caracterizam como “joint ventures”, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. Mais detalhes na Nota Explicativa nº14.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

k) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, exceto para o exercício de 2012, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde, efetivamente, aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

I) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

o) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

q) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

r) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s) Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos adotados em 2013

A adoção das novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme previsto no Pronunciamento CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, impactaram os saldos de 1º de janeiro de 2012, bem como os resultados e as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado a partir de 1º de janeiro de 2012, que foram devidamente ajustados para fins de comparação nessas Demonstrações Contábeis.

Os principais pronunciamentos adotados em 2013 com impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia estão apresentados abaixo:

IFRS 10 - CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

IFRS 11 - CPC 19 (R2) - Acordos de Participação - substitui o IAS 31 e estabelece como um acordo de controle conjunto deve ser classificado nas demonstrações financeiras. De acordo com a norma, a estrutura de um negócio em conjunto não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio e, consequentemente, da respectiva contabilização. Os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixou de consolidar proporcionalmente, a partir de 1º janeiro de 2013, as suas controladas diretas e indiretas em conjunto. Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2.5. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos resultados abrangentes, do fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas.

IFRS 12 - CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação, de acordo com a IFRS 12, são mais abrangentes do que as normas atuais. O impacto é uma maior divulgação de informações de suas controladas em conjunto, incluídas na Nota Explicativa nº 15.

IAS 19 (revisada em 2011) - CPC 33(R1) - Até o exercício de 2012, os custos dos serviços passados que excediam a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano eram reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos. Em função da alteração no CPC 33 esses custos passaram a ser reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente. O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$494.066 (R\$78.684 em 1º de janeiro de 2012). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representou uma redução de R\$18.021 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

Novos pronunciamentos ainda não adotados

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas, sendo que apresentará em mais detalhes aquelas que julga serem aplicáveis às suas operações:

- Alterações à IFRS 7 e IAS 32 (CPC 39) – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas (1)

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)
- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento (1)
- IFRIC 21 – Impostos (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 7 e IAS 32 (CPC 39) – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

A Administração acredita que a adoção dessas alterações à IAS 32 e IFRS 7 poderá resultar em divulgações adicionais com relação à compensação de ativos e passivos financeiros no futuro.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 38, 39 e 40)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações contábeis terá um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos seus ativos e passivos financeiros (por exemplo, os ativos financeiros da concessão atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no final dos períodos de reporte subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento

Definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

IFRIC 21 – Impostos

Fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de um imposto definido pelo governo.

A Companhia está analisando os impactos dessas alterações, não sendo identificado nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

t) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações ou da transição para os IFRS, conforme o caso, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (s), o novo pronunciamento IFRS 11 - CPC 19 (R2) - Acordos de Participação estabelece que empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixou de consolidar proporcionalmente, a partir de 1º janeiro de 2013, as suas controladas diretas e indiretas em conjunto.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2013
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Central Termelétrica de Cogeração	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00
Cemig Serviços	Consolidação	100,00

a) **Controladas e controladas em conjunto**

As Demonstrações Contábeis de controladas são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em algumas companhias controladas em conjunto a Cemig tem mais de 50% do poder de voto, entretanto, existem acordos de acionistas que dão aos acionistas minoritários direitos relevantes que representam o compartilhamento de controle.

b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “*joint operations*”, de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de cálculo de equivalência patrimonial, são convertidas de dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 Efeitos das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (*rating* nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas Demonstrações Contábeis são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

4. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (1)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (2)			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Usinas Termelétricas			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2001	08/2024
Ipatinga	Ipatinga – MG	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
Projetos em Andamento			
Usinas Hidrelétricas			
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá	Minas Gerais	10/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016

(1) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota;

(2) Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia além de vender energia através dos leilões para as distribuidoras através do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas ao invés de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões de transmissão renovadas em conformidade à Lei 12.783/13

Deve ser ressaltado que para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram solicitadas as renovações a partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade à Lei nº 12.783, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia será remunerada, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

Concessões de Distribuição

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos contratos de concessão estabelecerem que a Companhia deva manter o equilíbrio econômico-financeiro, não se pode garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente a Companhia e que as receitas e os resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares já mencionados anteriormente, a ANEEL revê os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar) aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Medida Provisória Nº 579 (Lei Federal nº 12.783)

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por meio da Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que dispõe basicamente sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre modicidade tarifária.

Por meio da MP 579, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançada pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista dependia ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP 579, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição – VNR.

Conforme também previsto, as concessões não prorrogadas nos termos da MP permanecerão com os concessionários nas condições vigentes, sendo que serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos ao final de cada contrato de concessão.

Em consonância com os prazos previstos na MP 579, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579, de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões. Deve ser ressaltado que os valores de indenização divulgados para a transmissão foram parciais, e não incluíram a indenização prevista para os ativos com data anterior a junho de 2000.

Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações no que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP 579:

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as concessões de geração de energia elétrica para as centrais geradoras relacionadas a seguir, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97 – Cemig Geração:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 31/12/13	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 31/12/13
UHE Três Marias	jul/15	396,00	48.123	409.107
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	25.716	65.584
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	12.617	41.117
UHE Itutinga	jul/15	52,00	4.070	9.385
UHE Camargos	jul/15	46,00	5.912	20.980
PCH Piau	jul/15	18,01	1.600	10.008
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.788	14.711
PCH Peti	jul/15	9,40	1.673	8.867
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	2.137	13.356
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.589	9.185
PCH Martins	jul/15	7,70	429	3.132
PCH Cajuru	jul/15	7,20	4.042	1241
PCH Paciência	jul/15	4,08	990	5.032
PCH Marmelos	jul/15	4,00	868	5.447
PCH Dona Rita	jul/15	2,41	-	-
PCH Sumidouro	jul/15	2,12	1.938	1265
PCH Anil	jul/15	2,08	450	174
PCH Poquim	jul/15	1,41	2.357	4.376
		1.065,31	116.299	622.967

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 01 de janeiro de 2009, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguará, cuja concessão venceu em agosto de 2013, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 31 de dezembro de 2013 ao valor de R\$989.957 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.196.045. Conforme consta dos contratos de concessão, a Cemig GT terá direito a indenização dos ativos não depreciados ao término das concessões o que, na interpretação da Companhia, ocorrerá após a prorrogação mencionada no parágrafo anterior.

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

Transmissão de energia elétrica

O valor contábil dos ativos financeiros referentes ao contrato 006/97, apurados pelo custo histórico, correspondiam ao montante de R\$606.042 em 31 de dezembro de 2013. A indenização prevista na Portaria Interministerial MME nº 580, de 1º de novembro de 2012, para os ativos de transmissão da Companhia posteriores a junho de 2000 é de R\$285.438, não sendo ainda divulgado, conforme comentário anterior, o valor da indenização para os ativos de transmissão anteriores a junho de 2000.

Tendo em vista que a Companhia, em conformidade aos critérios previstos na Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, tem direito a indenização do total dos ativos ainda não depreciados e ainda não foi divulgado pela Aneel o valor efetivo da indenização, a Companhia estimou os valores da indenização, utilizando como referência a Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, que definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, sendo que foram excluídos do Laudo de Avaliação os bens e instalações: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios.

A indenização total (ativos anteriores e posteriores a junho de 2000) estimada pela Companhia monta R\$819.026. A diferença entre os valores contábeis apurados pelo custo histórico e o valor estimado de indenização baseado no VNR foi registrada pela Companhia como um ganho no valor de R\$192.311 no resultado do exercício de 2012 e, em 2013, este valor foi reduzido em R\$20.673 em função de ajustes decorrentes do atendimento às determinações da Resolução Normativa ANEEL (ReN) 589/13.

A indenização anunciada de R\$285.438 para os ativos de transmissão posteriores a junho de 2000 foi recebida em janeiro de 2013, sendo que a indenização da parcela restante, no montante estimado de R\$533.588, tem o seu recebimento previsto para um período de 30 anos, conforme critérios a serem ainda definidos pelo Poder Concedente.

Distribuição de Energia Elétrica

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Conforme mencionado acima, foram requeridas as renovações dos contratos de concessão relacionados aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, regulado através dos Contratos de Concessão de Distribuição CEMIG Norte nº 002/97, CEMIG Sul nº 003/97, CEMIG Leste nº 004/97 e CEMIG Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997 em conformidade com a Portaria DNAEE nº 130, de 17 de abril de 1997, publicada no DOU de 22 de abril de 1997 e prorrogadas pela Portaria nº 125, de 17 de abril de 1997, do Ministro de Estado das Minas e Energia, publicada no DOU de 22 de abril de 1997.

O prazo de vencimento das concessões de distribuição da Companhia, que serão objeto de renovação por mais 30 anos, é fevereiro de 2016.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2013	Valor Presente em 2013	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	396.363	141.601	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	32.853	12.069	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.480	3.374	01/2004 a 12/2032	IGPM
Baguari	8.056	2.369	09/2009 a 09/2042	IPCA
Diversas PCH's e UHE's (1)	3.973	3.821	06/2013 a 07/2015	IPCA
PCH Salto Morais	179	152	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	845	654	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (2)	4.426	3.357	06/2013 a 08/2025	IPCA

(1) Anil, Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Poquim, Sumidouro, Tronqueiras;
(2) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

Seguem, abaixo, informações adicionais sobre os pagamentos efetuados e futuros:

Empreendimento	Parcelas Pagas em 2013	Valor Presente das Parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das Parcelas a serem pagas em 12 meses
Porto Estrela (Consórcio)	14.850	14.751	15.619
Irapé	1.462	1.451	1.541
Queimado (Consórcio)	419	417	443
Baguari	195	199	271
Diversas PCH's e UHE's (1)	1.650	2.448	2.509
PCH Salto Morais	18	26	22
PCH Rio de Pedras	51	76	65
Diversas PCH's (2)	249	369	316

(1) Anil, Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Poquim, Sumidouro, Tronqueiras;
(2) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela CEMIG dos seus passivos, de 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's), representam as taxas médias de captação de recursos em condições usuais na data da transição para as IFRS, e na outorga das novas concessões das PCH's e UHE's, respectivamente.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2013 e 2012 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 2013									
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL	
ATIVOS DO SEGMENTO	10.224.063	3.451.659	13.688.399	327.861	577.239	3.090.662	(1.545.741)	29.814.142	
ADICÕES (REDUÇÕES) AO SEGMENTO	520.407	(1.600.239)	883.801	-	-	22.528	-	(173.503)	
RECEITA LÍQUIDA	5.253.313	277.116	9.205.932	113.739	-	95.576	(318.396)	14.627.280	
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA									
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA									
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.294.248)	-	(4.089.448)	-	-	(9)	176.422	(5.207.283)	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(263.956)	(286)	(410.290)	-	-	-	99.482	(575.050)	
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	(1.558.204)	(286)	(4.499.738)	-	-	(9)	275.904	(5.782.333)	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS									
Pessoal	(215.140)	(103.007)	(893.619)	(13.739)	-	(58.577)	-	(1.284.082)	
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(39.948)	(19.286)	(146.437)	(1.544)	-	(14.184)	-	(221.399)	
Obrigações Pós-Emprego	(26.751)	(13.058)	(118.840)	-	-	(16.758)	-	(175.407)	
Materiais	(64.202)	(4.782)	(52.581)	(721)	-	(609)	-	(122.895)	
Serviços de Terceiros	(152.666)	(40.470)	(720.655)	(20.812)	-	(20.945)	38.558	(916.990)	
Depreciação e Amortização	(370.751)	-	(416.096)	(30.783)	-	(512)	(5.526)	(823.668)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(130.895)	-	-	-	-	-	-	(130.895)	
Provisões (Reversões) Operacionais	(36.842)	(17.995)	(274.942)	(17)	-	24.557	-	(305.239)	
Custos de Construção	-	(91.176)	(883.801)	-	-	-	-	(974.977)	
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(80.848)	(31.051)	(327.813)	(19.259)	-	(39.034)	3.934	(494.071)	
Total do Custo de Operação	(1.118.043)	(320.825)	(3.834.784)	(86.875)	-	(126.062)	36.966	(5.449.623)	
CUSTOS E DESPESAS_TOTAIS	(2.676.247)	(321.111)	(8.334.522)	(86.875)	-	(126.071)	312.870	(11.231.956)	
Resultado Operacional Antes do Res. De Equiv. Patrim. e Financeiro	2.577.066	(43.995)	871.410	26.864	-	(30.495)	(5.526)	3.395.324	
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.064	484.128	113.079	(19.986)	90.702	15.295	5.526	763.808	
Ganho na alienação de investimento	-	(94.080)	-	-	-	378.378	-	284.298	
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	(80.959)	-	(80.959)	
Receita Financeira	227.898	93.774	453.099	6.377	-	104.355	-	885.503	
Despesa Financeira	(288.313)	(226.244)	(646.877)	(3.970)	-	(28.574)	-	(1.193.978)	
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.591.715	213.583	790.711	9.285	90.702	358.000	-	4.053.996	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(726.008)	78.931	(187.378)	(5.722)	-	(109.964)	-	(950.141)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.865.707	292.514	603.333	3.563	90.702	248.036	-	3.103.855	

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 2012									
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL	
ATIVO	8.896.196	7.229.376	12.884.535	320.304	508.077	3.580.694	(849.300)	32.569.882	
ADIÇÕES (REDUÇÕES) AO SEGMENTO	137.880	107.304	1.228.483	-	-	-	-	1.473.667	
RECEITA	4.238.488	657.538	9.503.792	113.775	-	74.025	(450.260)	14.137.358	
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA									
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA									
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(734.844)	-	(4.179.651)	-	-	(17)	231.876	(4.682.636)	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(275.319)	(229)	(794.333)	-	-	-	186.832	(883.049)	
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica	(1.010.163)	(229)	(4.973.984)	-	-	(17)	418.708	(5.565.685)	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS									
Pessoal	(179.661)	(105.001)	(831.064)	(15.265)	-	(42.537)	-	(1.173.528)	
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(40.202)	(19.423)	(164.186)	(1.356)	-	(13.628)	-	(238.795)	
Obrigações Pós-Emprego	(20.155)	(9.837)	(93.888)	-	-	(10.111)	-	(133.991)	
Materiais	(13.728)	(5.536)	(52.396)	(126)	-	(1.335)	-	(73.121)	
Serviços de Terceiros	(144.956)	(41.511)	(695.245)	(18.995)	-	(32.716)	26.922	(906.501)	
Depreciação e Amortização	(333.034)	-	(392.634)	(31.616)	-	(358)	(5.526)	(763.168)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(184.957)	-	-	-	-	-	-	(184.957)	
Provisões (Reversões) Operacionais	(1.164)	(950)	(268.068)	(258)	-	(400.352)	-	(670.792)	
Custos de Construção	-	(107.304)	(1.228.483)	-	-	-	-	(1.335.787)	
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(91.436)	(24.153)	(307.167)	(17.165)	-	(41.660)	(181)	(481.762)	
Total Custo de Operação	(1.009.293)	(313.715)	(4.033.131)	(84.781)	-	(542.697)	21.215	(5.962.402)	
CUSTOS E DESPESAS_TOTAIS	(2.019.456)	(313.944)	(9.007.115)	(84.781)	-	(542.714)	439.923	(11.528.087)	
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. e Financeiro	2.219.032	343.594	496.677	28.994	-	(468.689)	(10.337)	2.609.271	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11.564)	718.923	103.271	(23.107)	54.702	12.888	10.337	865.450	
Receita Financeira	104.597	38.209	289.083	9.535	-	2.482.003	-	2.923.427	
Despesa Financeira	(324.569)	(253.286)	(573.955)	(4.649)	-	(137.423)	-	(1.293.882)	
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.987.496	847.440	315.076	10.773	54.702	1.888.779	-	5.104.266	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(571.040)	(37.434)	(20.440)	(5.705)	-	(197.962)	-	(832.581)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.416.456	810.006	294.636	5.068	54.702	1.690.817	-	4.271.685	

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Contas Bancárias	74.713	73.352	87.448	7.724	6.065	6.664
Aplicações Financeiras						
Certificados de Depósitos Bancários	1.892.939	1.785.305	1.762.162	236.521	1.046.728	191.004
Overnight	228.131	-	-	41.938	-	-
Outros	6.044	60.468	254.260	-	4.329	29.027
	2.127.114	1.845.773	2.016.422	278.459	1.051.057	220.031
	2.201.827	1.919.125	2.103.870	286.183	1.057.122	226.695

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (que variam entre 70% a 110% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Aplicações Financeiras						
Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	196.506	378.576	356.327	27.854	3.845	180.000
Letras Financeiras - Bancos	503.832	220.606	-	92.839	19.276	-
Letras Financeiras do Tesouro	37.758	-	-	6.958	-	-
Debêntures	170.248	56.081	-	31.371	3.979	-
Outros	25.227	1.879	-	4.569	263	-
	933.571	657.142	356.327	163.591	27.363	180.000
Não Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	40	7.553	-	8	4	-
Letras Financeiras - Bancos	89.068	76.996	-	16.412	6.017	-
Debêntures	-	1.715	-	-	123	-
Outros	615	12.852	-	114	1.483	-
	89.723	99.116	-	16.534	7.627	-
	1.023.294	756.258	356.327	180.125	34.990	180.000

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 29.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado					
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Fornecimento Faturado	900.119	346.148	480.050	1.726.317	1.769.363	1.725.958
Fornecimento não Faturado	511.537	-	-	511.537	513.926	498.832
Suprimento a Outras Concessionárias	372.050	51.939	14.755	438.744	311.090	241.302
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(584.560)	(584.560)	(515.100)	(336.921)
	1.783.706	398.087	(89.755)	2.092.038	2.079.279	2.129.171
Ativo Circulante				1.911.731	1.858.129	2.067.349
Ativo não Circulante				180.307	221.150	61.822

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Residencial	147.327	134.512	118.206
Industrial	298.660	251.428	83.533
Comércio, Serviços e Outras	83.679	80.607	80.813
Rural	18.422	17.832	17.916
Poder Público	10.298	4.305	4.726
Iluminação Pública	11.060	12.182	13.693
Serviço Público	10.357	9.667	12.126
Outros	4.757	4.567	5.908
	584.560	515.100	336.921

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no exercício de 2013 e 2012 é como segue:

	01/01/2012 Reapresentado	Constituições	Baixas	2012 Reapresentado	Constituições	Baixas	2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	336.921	227.077	(48.898)	515.100	121.005	(51.545)	584.560

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
ICMS a Recuperar	115.398	115.179	101.961	3.429	3.429	3.843
PIS-PASEP	47.144	7.399	10.507	-	-	-
COFINS	313.509	87.808	111.810	-	57.282	67.342
Outros	5.493	6.360	4.276	1.388	1.389	1.385
	481.544	216.746	228.554	4.817	62.100	72.570
Não Circulante						
ICMS a Recuperar	248.711	222.851	203.402	4.754	4.754	4.334
PIS-PASEP	23.414	29.455	13.254	1	-	-
COFINS	108.155	139.301	64.596	3	3	-
Outros	1.795	1	-	1.795	-	-
	382.075	391.608	281.252	6.553	4.757	4.334
	863.619	608.354	509.806	11.370	66.857	76.904

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

A Companhia discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente ao período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias Cemig GT e Cemig D, no percentual de 48,07% e 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. Portanto, foi reconhecido um ganho de R\$150.507 no resultado da Cemig GT e R\$162.593 na Cemig D, ambos contabilizados em dezembro de 2013.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2014.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2013 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2014, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
Imposto de Renda	181.033	171.248	103.461	-	-	-
Contribuição Social	67.582	57.720	31.760	-	-	-
	248.615	228.968	135.221	-	-	-
Não Circulante						
Imposto de Renda	167.260	25.462	17.211	167.260	25.462	17.211
Contribuição Social	10.239	2.449	2.337	10.239	2.449	2.337
	177.499	27.911	19.548	177.499	27.911	19.548
	426.114	256.879	154.769	177.499	27.911	19.548

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Créditos Tributários						
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	259.396	285.629	337.861	259.396	285.629	337.861
Provisões	104.055	82.511	95.990	23.023	42.057	55.697
Obrigações Pós-Emprego	558.475	616.380	403.131	29.097	57.175	27.045
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	200.617	178.125	123.988	7.988	7.628	8.629
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.217	179.217	179.257	-	-	-
Concessão Onerosa	67.053	64.790	61.941	-	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	105.561	168.344	-	-	-	-
Outros	42.966	26.490	45.082	2.868	2.206	2.455
Total	1.517.340	1.601.486	1.247.250	322.372	394.695	431.687
Obrigações Diferidas						
Custo de Captação	(3.551)	(5.476)	(4.303)	-	(2.058)	-
Variação cambial	-	(20.485)	(17.645)	-	-	-
Custo atribuído	(335.232)	(385.024)	(441.950)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(84.319)	(83.725)	(80.483)	-	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	-	-	(82.078)	-	-	-
Encargos Capitalizados	(40.907)	(27.261)	(21.248)	-	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.053)	(1.939)	(1.410)	-	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(84.537)	(80.844)	-	-	-	-
Atualização Ativo Financeiro	(1.658)	-	-	-	-	-
Total	(552.257)	(604.754)	(649.117)	-	(2.058)	-
Total Líquido	965.083	996.732	598.133	322.372	392.637	431.687
Total do Ativo	1.220.896	1.303.920	931.438	322.372	392.637	431.687
Total do Passivo	(255.813)	(307.188)	(333.305)	-	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2012	598.133	431.686
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	203.395	(68.335)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	191.922	28.043
Realizações efetuadas	3.282	1.241
Saldo em 31 de dezembro de 2012	996.732	392.635
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	43.800	(38.153)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	(90.388)	(32.110)
Realizações efetuadas	14.939	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	965.083	322.372

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 13 de março de 2014, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2013, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2014	280.461	25.821
2015	325.989	34.072
2016	147.648	31.745
2017	156.757	40.854
2018 a 2019	264.011	87.968
2020 a 2021	199.056	78.776
2022 e 2023	143.418	23.136
	1.517.340	322.372

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.053.996	5.104.266	3.201.295	4.459.039
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.378.358)	(1.735.450)	(1.088.440)	(1.516.073)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	232.169	294.253	973.581	897.132
Juros sobre Capital Próprio	181.271	578.000	181.271	578.000
Juros sobre Capital Próprio recebido de investidas	(44.858)	(23.490)	(169.914)	(153.152)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(10.707)	(8.609)	(644)	(406)
Incentivo Fiscal	38.794	33.084	2.347	983
Créditos Fiscais não Reconhecidos	3.620	(374)	195	(89)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	29.166	24.342	-	-
Baixa ICMS TUSD Termo Compromisso CEMIG E Estado	-	(2.881)	-	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(9.813)	-	-	-
Outros	8.575	8.544	4.164	6.251
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(950.141)	(832.581)	(97.440)	(187.354)
Alíquota Efetiva	23,44%	16,31%	3,04%	4,20%
Imposto Corrente	(993.941)	(1.035.976)	(59.288)	(119.019)
Imposto Diferido	43.800	203.395	(38.152)	(68.335)

Medida Provisória nº 627/13

Após a publicação da Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), convergindo as normas contábeis brasileiras com as IFRS, foi editada a Lei 11.941/09 que instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), de forma opcional para os anos-calendário de 2008 e 2009, e, obrigatória, a partir do ano-calendário de 2010.

O RTT foi instituído com a finalidade de promover a neutralidade tributária das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, as quais modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, definindo como base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP, e da COFINS, os métodos e critérios estabelecidos na Lei nº 6.404/76, com vigência em dezembro de 2007, até que as autoridades fiscais brasileiras pudessem entender todas as mudanças contábeis ocorridas, e seus respectivos impactos fiscais.

Em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o RTT no ano calendário 2015 e estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL, a partir de ajustes que devem ser realizados em livro fiscal. Ainda, dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, tributação do acréscimo patrimonial decorrente de lucros auferidos por intermédio de empresa controlada no exterior, dentre outras providências.

Nesse contexto, a Companhia considera como principais pontos de atenção da MP, no que se refere aos seus procedimentos:

- retroatividade no cálculo dos impostos em função de eventual distribuição a maior de lucros apurados no período de 2008 a 2014 em conformidade ao IFRS na comparação com os novos critérios fiscais, seja através de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (ressalta-se que é garantida a irretroatividade em caso de adoção antecipada dos efeitos da MP em 2014);
- ágio - nova forma de desdobramento do preço para as aquisições de participação societária, com registro de mais valia e ágio e novo tratamento de amortização e dedução fiscal;
- conceito de Receita Bruta para PIS e COFINS – Alargamento do conceito, considerando além da receita de bens e serviços toda e qualquer receita decorrente da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica.

Cabe registrar que a MP foi objeto de 513 propostas de emenda, o que pode promover alterações profundas no texto original até a futura conversão em lei.

Portanto, os pontos acima relacionados e as outras alterações na legislação tributária federal estão sendo objeto de estudo específico pela Companhia.

Adicionalmente, a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014, também, dependerá de análise última sobre o texto definitivo da nova Lei e do aguardo da regulamentação pela Receita Federal do Brasil quanto à sua formalização. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Trabalhista	282.387	237.780	206.646	28.653	27.034	24.389
Obrigações Fiscais						
Imposto de Renda sob JCP	14.478	14.774	14.010	-	-	-
ITCD (a)	-	120.096	115.918	-	120.096	115.918
PASEP/COFINS (b)	719.973	719.180	719.470	-	-	-
Outros	97.429	50.398	38.948	87.601	44.219	34.696
	831.880	904.448	888.346	87.601	164.315	150.614
Outros						
Regulatório	34.610	33.151	33.852	13.148	12.704	21.070
Responsabilidade Civil	9.639	7.806	28.587	6.946	6.464	7.165
Relações de Consumo	5.032	1.833	13.392	2.397	74	11.653
Bloqueio Judicial	12.896	110.198	94.685	6.837	55.688	50.172
Outros	3.830	5.291	10.724	2.257	4.423	10.658
	66.007	158.279	181.240	31.585	79.353	100.718
	1.180.274	1.300.507	1.276.232	147.839	270.702	275.721

(a) A companhia recebeu o montante devidamente atualizado correspondente ao depósito relacionado à contingência do ITCD, em função do ganho na ação judicial que discutia sua incidência sobre as parcelas recebidas como participação financeira do consumidor.

(b) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 19.

12. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato referente às Contas de Resultado a Compensar – CRC (“Contrato CRC”). Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia.

No termo de Compromisso, o Estado de Minas Gerais reconheceu e declarou o débito de sua responsabilidade em função do Contrato CRC, no valor de face de R\$6.282.551, data base de 31 de outubro de 2012, e que após a aplicação de 35%, totalizou o montante de R\$4.083.658. Este montante foi corrigido e acrescido dos juros previstos no Contrato CRC até a data do efetivo pagamento, considerando o prazo limite de até 30 dias úteis a partir do ingresso dos recursos, de cada operação de crédito do Estado de Minas Gerais que viabilizou a operação.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$4.083.658 acrescido de juros e correção monetária perfazia um total de R\$4.167.907, que deduzido do valor das contas a receber advindas do FIDC (R\$1.785.045), gerou um ganho financeiro de R\$2.382.862, registrado no resultado do exercício de 2012.

A movimentação do FIDC no ano de 2012 foi como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.830.075
Atualização monetária das quotas seniores	72.378
Atualização monetária das quotas subordinadas	79.638
Aporte nas quotas subordinadas	55.200
Amortização das quotas seniores	(197.055)
Retenção de Imposto de Renda na Fonte e IOF	(55.191)
Liquidação do FIDC	(1.785.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

Do valor recebido pela Companhia, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC.

A movimentação dos valores da CRC foram como segue:

	Consolidado e Controladora
Valor recebido do FIDC	1.785.045
Atualização monetária do contrato em conformidade às condições pactuadas com o Estado	2.382.862
Valor retido pelo Estado - ação judicial da extinta conta da CRC	(403.162)
Valores líquidos quitados pelo Estado	(1.342.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.422.099
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	43.547
Valores líquidos quitados pelo Estado no 1º trimestre de 2013	(2.465.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-

13. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para compensação da perda de receita, nos termos dos Decreto nº 7.891/13, foram registrados pela Cemig D a partir de 2013. Em 2013, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$487.798, dos quais a Companhia tem a receber R\$136.026.

Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Estes repasses foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada no mercado de curto prazo, no montante de R\$518.978. Do saldo dos repasses de recursos apresentado no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$38.587, referente ao período de novembro a dezembro de 2013, R\$30.987 foram recebidos em fevereiro de 2014, sendo o restante previsto para ser recebido em março de 2014.

14. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), os contratos de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

Ativos de transmissão

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$533.588 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

A Resolução Normativa ANEEL (ReN) nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia informou à ANEEL o seu cronograma para entrega do Laudo de Avaliação, com data prevista para 31 de julho de 2014, a Agência terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data de protocolo, para manifestar o aceite do Laudo de Avaliação e mais 120 (cento e vinte) dias, a partir do aceite, para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Salienta-se que a ReN nº 589/13 estabeleceu que deverão ser excluídos do Laudo de Avaliação os bens e instalações: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios; em função desta determinação o valor a receber foi ajustado e os bens transferidos para o Ativo Imobilizado e Intangível, no montante de R\$28.009.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Ativos de distribuição

O Processo de Revisão Tarifária da controlada Cemig D ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração (“BRR”) relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R\$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado.

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768.

A companhia interpôs novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados principalmente aos gastos efetuados pela companhia com o Programa Luz para Todos (“Programa Luz para Todos” ou “PLPT”) ainda são substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa.

Em reunião da Diretoria da Aneel ocorrida em 17 de dezembro de 2013, o Diretor Relator do recurso administrativo da Cemig D referente à Base de Remuneração para fins do 3º ciclo de revisão tarifária decidiu dar provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela Companhia.

Tendo em vista a decisão provisória do Relator mencionada em parágrafo anterior, a Administração revisou as estimativas dos impactos dessa decisão na BRR e na composição dos ativos financeiros e intangíveis de suas concessões e concluiu, com base em suas melhores estimativas, pelo registro de uma receita financeira líquida de atualização do ativo financeiro, em 2013, no valor de R\$4.875.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

Consolidado	Saldos em 2013	Saldos em 2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Concessões de Distribuição	5.063.802	4.757.735	3.118.126
Concessões de Transmissão			
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	533.588	827.519	-
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	200.586	130.643	708.429
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	44.961	47.258	49.909
	<u>779.135</u>	<u>1.005.420</u>	<u>758.338</u>
Total	5.842.937	5.763.155	3.876.464
Ativo Circulante	2.254	287.692	42.106
Ativo Não Circulante	5.840.683	5.475.463	3.834.358

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2012	758.338	3.118.126	3.876.464
Adição	299.614	1.710.398	2.010.012
Baixas	(2.162)	(70.789)	(72.951)
Transferências	(50.370)	-	(50.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.005.420	4.757.735	5.763.155
Adição	91.176	-	91.176
Baixas	(578)	(17.748)	(18.326)
Resolução Normativa nº 589/13 - Estorno Provisão para Ajuste	23.543	-	23.543
Transferências	(51.552)	318.940	267.388
Recebimentos	(288.874)	-	(288.874)
Atualização Financeira	-	4.875	4.875
Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135	5.063.802	5.842.937

15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	3.815.017	5.394.624	5.072.962
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	32.435	26.702	-	-	-
Guanhães Energia	67.428	20.001	10.443	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	25.069	20.419	19.511	-	-	-
Cemig Baguari Energia	-	17	22	-	-	-
Madeira Energia	642.585	427.944	165.558	-	-	-
Lightger	40.076	40.265	39.084	-	-	-
Baguari Energia	199.411	193.828	198.041	-	-	-
EBTE	-	153.618	143.770	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	59.991	61.546	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	77.884	74.136	82.392	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	62.352	63.629	-	-	-
TAESA	-	2.251.093	2.060.362	-	-	-
Amazônia Energia	310.797	203.272	105.364	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	2.492.858	2.193.779	2.617.968
Light	1.190.464	1.104.282	1.157.578	1.190.464	1.104.282	1.147.158
TAESA	2.249.382	-	-	2.249.382	-	-
Cemig Telecom	-	-	-	237.172	247.976	287.909
Ativas Data Center	4.397	-	-	-	-	-
Gasmig	577.239	508.077	444.991	577.239	508.077	444.991
Rosal Energia	-	-	-	140.005	145.252	158.676
Sá Carvalho	-	-	-	121.816	123.898	123.571
Horizontes Energia	-	-	-	76.103	77.404	73.203
Usina Térmica Ipatinga	-	-	-	26.362	25.895	37.577
Cemig PCH	-	-	-	87.569	91.866	95.228
Cemig Capim Branco Energia	-	-	-	128.426	125.568	42.592
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	103.271	-	-	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	26.516	24.020	28.933	26.516	24.020
UTE Barreiro	-	-	-	34.775	33.022	23.034
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	13.542	13.150	13.809	13.542	13.150
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	-	10.448	12.368	239
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	11.528	10.525	14.262	11.528	10.525
Transchile	54.825	47.840	42.850	54.825	47.840	42.850
Efficientia	-	-	-	7.253	10.954	11.334
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	-	5.941	6.006	6.348
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	21.329	20.912	17.666	21.329	20.912
Cemig Trading	-	-	-	46.886	21.652	13.008
Empresa Paraense de Transmissão de Energia (ETEP)	-	131.656	132.203	-	131.656	132.203
Empresa Norte de Transmissão de Energia (ENTE)	-	304.432	307.211	-	304.432	307.211
Empresa Regional de Transmissão de Energia (ERTE)	-	72.853	73.432	-	72.853	73.432
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)	-	670.304	672.559	-	670.304	672.559
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)	-	42.677	44.983	-	42.677	44.983
Axiom Soluções Tecnológicas	7.886	4.958	4.253	7.886	4.958	4.253
Cemig Serviços	-	-	-	-	1.421	2.310
Parati	379.345	355.888	358.459	379.345	355.888	358.459
Gasmig (Investimento em Curso)	-	-	67.759	-	-	67.223
	6.160.800	6.855.253	6.351.309	11.764.442	11.827.567	11.929.888

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, em 2013 e 2012, é a seguinte:

Controladora	31/12/2011 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	01/01/2012 Representado	2012 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	2012 Representado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Ajustantes)	Alienação TBE/TAESA	Dividendos	Outros	2013
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	(13.114)	5.072.962	5.494.981	(100.357)	5.394.624	1.811.374	40.705	(2.403.593)	(1.028.093)	-	3.815.017
Cemig Distribuição	2.656.463	(38.495)	2.617.968	2.463.149	(269.370)	2.193.779	490.255	72.425	-	(263.601)	-	2.492.858
Cemig Telecom	287.909	-	287.909	247.976	-	247.976	3.562	(166)	-	(14.200)	-	237.172
Rosal Energia	158.676	-	158.676	145.252	-	145.252	13.658	-	-	(18.905)	-	140.005
Sá Carvalho	123.571	-	123.571	123.898	-	123.898	31.206	-	-	(33.288)	-	121.816
Gasimig	444.991	-	444.991	508.077	-	508.077	90.702	-	-	(21.540)	-	577.239
Horizontes Energia	73.203	-	73.203	77.404	-	77.404	8.078	-	-	(9.379)	-	76.103
Usina Térmica Ipatinga	37.577	-	37.577	25.895	-	25.895	11.930	-	-	(11.463)	-	26.362
Cemig PCH	95.228	-	95.228	91.866	-	91.866	10.422	-	-	(14.719)	-	87.569
Cemig Capim Branco Energia	42.592	-	42.592	125.568	-	125.568	59.465	-	-	(56.607)	-	128.426
Companhia Transferte de Transmissão	24.020	-	24.020	26.516	-	26.516	6.259	-	-	(3.842)	-	28.933
UTE Barreiro	23.034	-	23.034	33.022	-	33.022	4.897	-	-	(3.144)	-	34.775
Companhia Transudente de Transmissão	13.150	-	13.150	13.542	-	13.542	3.306	-	-	(3.039)	-	13.809
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	-	239	12.368	-	12.368	13.153	-	-	(15.073)	-	10.448
Companhia Transipeté de Transmissão	10.525	-	10.525	11.528	-	11.528	3.329	-	-	(595)	-	14.262
Transchile	42.850	-	42.850	47.840	-	47.840	(584)	7.569	-	-	-	54.825
Efficientia	11.334	-	11.334	10.954	-	10.954	(9)	-	-	(3.692)	-	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.348	-	6.348	6.006	-	6.006	264	-	-	(329)	-	5.941
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	-	20.912	21.329	-	21.329	3.912	-	-	(7.575)	-	17.666
Light	1.160.184	(13.026)	1.147.158	1.149.109	(44.827)	1.104.282	113.078	24.859	-	(51.755)	-	1.190.464
Cemig Trading	13.008	-	13.008	21.652	-	21.652	62.258	-	-	(37.024)	-	46.886
Emp. Paranaense de Transm. de Energia (ETEP)	132.203	-	132.203	131.656	-	131.656	8.495	-	(132.964)	(7.187)	-	-
Emp. Norte de Transm. de Energia (ENTE)	307.211	-	307.211	304.432	-	304.432	22.167	-	(309.677)	(16.922)	-	-
Emp. Regional de Transm. de Energia (ERTE)	73.432	-	73.432	72.853	-	72.853	4.999	-	(71.906)	(5.946)	-	-
Emp. Amazonense de Transm. de Energia (EATE)	672.559	-	672.559	670.304	-	670.304	50.019	-	(685.310)	(35.013)	-	-
Emp. Catarinense de Transm. de Energia (ECTE)	44.983	-	44.983	42.677	-	42.677	1.985	-	(41.752)	(2.910)	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	4.253	-	4.253	4.958	-	4.958	946	-	-	(223)	2.205	7.886
Cemig Serviços	2.310	-	2.310	1.421	-	1.421	(2.354)	-	-	-	933	-
Parati	358.459	-	358.459	366.915	(11.027)	355.888	17.468	5.986	-	-	-	379.345
Taesa	-	-	-	-	-	-	100.190	-	2.403.593	(254.401)	-	2.249.382
Gasimig (Investimento em curso)	67.223	-	67.223	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	11.994.523	(64.635)	11.929.888	12.253.148	(425.581)	11.827.567	2.944.430	151.378	(1.241.609)	(1.920.465)	3.141	11.764.442

Controladora	2011	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Aquisições, aportes e redução de capital	Dividendos	2012 (Publicado)	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	2012 Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	1.919.485	(703)	-	(1.509.877)	5.494.981	(100.357)	5.394.624
Cemig Distribuição	2.656.463	191.366	-	-	(384.680)	2.463.149	(269.370)	2.193.779
Cemig Telecom	287.909	5.067	-	-	(45.000)	247.976	-	247.976
Rosal Energia	158.676	10.485	-	-	(23.909)	145.252	-	145.252
Sá Carvalho	123.571	28.951	-	-	(28.624)	123.898	-	123.898
Gasmig (*)	444.991	54.702	-	65.080	(56.696)	508.077	-	508.077
Gasmig - investimento em curso (*)	67.223	-	-	(67.223)	-	-	-	-
Horizontes Energia	73.203	13.298	-	-	(9.097)	77.404	-	77.404
Usina Térmica Ipatinga	37.577	10.962	-	(15.000)	(7.644)	25.895	-	25.895
Cemig PCH	95.228	15.264	-	-	(18.626)	91.866	-	91.866
Cemig Capim Branco Energia	42.592	41.845	-	82.051	(40.920)	125.568	-	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	5.188	-	-	(2.692)	26.516	-	26.516
UTE Barreiro	23.034	10.649	-	-	(661)	33.022	-	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	2.368	-	-	(1.976)	13.542	-	13.542
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	6.705	-	-	5.424	12.368	-	12.368
Companhia Transiapé de Transmissão	10.525	2.325	-	-	(1.322)	11.528	-	11.528
Transchile	42.850	565	4.425	-	-	47.840	-	47.840
Efficientia	11.334	7.219	-	-	(7.599)	10.954	-	10.954
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	374	-	-	(716)	6.006	-	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	4.088	-	(3.671)	-	21.329	-	21.329
Light	1.160.184	103.271	-	-	(114.346)	1.149.109	(44.827)	1.104.282
Cemig Trading	13.008	31.460	-	-	(22.816)	21.652	-	21.652
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	132.203	18.142	-	-	(18.689)	131.656	-	131.656
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	307.211	38.718	-	-	(41.497)	304.432	-	304.432
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	73.432	9.853	-	-	(10.432)	72.853	-	72.853
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	672.559	83.905	-	-	(86.160)	670.304	-	670.304
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	44.983	4.843	-	-	(7.149)	42.677	-	42.677
Axiom Soluções Tecnológicas	4.253	845	-	-	(140)	4.958	-	4.958
Cemig Serviços	2.310	(889)	-	-	-	1.421	-	1.421
Parati	358.459	17.569	-	-	(9.113)	366.915	(11.027)	355.888
	11.994.523	2.638.623	3.722	61.237	(2.444.957)	12.253.148	(425.581)	11.827.567

b) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas em conjunto, em 2013 e 2012, é a seguinte:

Consolidado	2012 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	2012 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Alienação TBE/TAESA	Dividendos	Outros	2013
Gasmig	508.077	-	508.077	90.702	-	-	(21.540)	-	577.239
Companhia Transleste de Transmissão	26.516	-	26.516	6.259	-	-	(3.842)	-	28.933
Companhia Transudeste de Transmissão	13.542	-	13.542	3.306	-	-	(3.039)	-	13.809
Companhia Transiapé de Transmissão	11.528	-	11.528	3.329	-	-	(595)	-	14.262
Transchile	47.840	-	47.840	(584)	7.473	-	-	96	54.825
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.329	-	21.329	3.912	-	-	(7.575)	-	17.666
Light	1.149.109	(44.827)	1.104.282	113.078	24.859	-	(51.755)	-	1.190.464
Emp. Paraense de Transm. de Energia (ETEP)	131.656	-	131.656	8.495	-	(132.964)	(7.187)	-	-
Emp. Norte de Transm. de Energia (ENTE)	304.432	-	304.432	22.167	-	(309.677)	(16.922)	-	-
Emp. Regional de Transm. de Energia (ERTE)	72.853	-	72.853	4.999	-	(71.906)	(5.946)	-	-
Emp. Amazonense de Transm. de Energia (EATE)	670.304	-	670.304	50.019	-	(685.310)	(35.013)	-	-
Emp. Catarinense de Transm. de Energia (ECTE)	42.677	-	42.677	1.985	-	(41.752)	(2.910)	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	4.958	-	4.958	946	-	-	(223)	2.205	7.886
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	-	32.435	8.481	-	-	(6.994)	-	33.922
Guanhães Energia	20.001	-	20.001	(891)	-	-	-	48.318	67.428
Hidrelétrica Pipoca	20.419	-	20.419	4.419	-	-	231	-	25.069
Cemig Baguari Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia	427.944	-	427.944	46.931	-	-	-	167.710	642.585
Lightger	40.265	-	40.265	1.336	-	-	(1.525)	-	40.076
Baguari Energia	193.845	-	193.845	7.369	-	-	(1.841)	38	199.411
EBTE	153.618	-	153.618	11.890	-	(165.508)	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	-	59.991	1.211	-	-	-	(1)	61.201
Central Eólica Volta do Rio	74.136	-	74.136	3.749	-	-	-	(1)	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	-	62.352	(1.403)	-	-	-	(1)	60.948
Amazônia Energia	203.272	-	203.272	(3.483)	-	-	-	111.008	310.797
Ativas Data Center	-	-	-	(15.926)	-	-	-	20.323	4.397
Epícares Empreendimentos	-	-	-	7.346	-	-	-	95.925	103.271
Parati	366.915	(11.027)	355.888	17.468	5.986	-	-	3	379.345
Taesa	2.251.093	-	2.251.093	366.698	-	-	(368.409)	-	2.249.382
Gasmig (Investimento em curso)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.911.124	(55.854)	6.855.253	763.808	38.318	(1.407.117)	(535.085)	445.623	6.160.800

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas em conjunto, em 2013 e 2012, é a seguinte:

Consolidado	2012 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	2012 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Alienação TBE/TAESA	Dividendos	Outros	2013
Gasmig	508.077	-	508.077	90.702	-	-	(21.540)	-	577.239
Companhia Transleste de Transmissão	26.516	-	26.516	6.259	-	-	(3.842)	-	28.933
Companhia Transudeste de Transmissão	13.542	-	13.542	3.306	-	-	(3.039)	-	13.809
Companhia Transirapé de Transmissão	11.528	-	11.528	3.329	-	-	(595)	-	14.262
Transchile	47.840	-	47.840	(584)	7.473	-	-	96	54.825
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.329	-	21.329	3.912	-	-	(7.575)	-	17.666
Light	1.149.109	(44.827)	1.104.282	113.078	24.859	-	(51.755)	-	1.190.464
Emp. Paraense de Transm. de Energia (ETEP)	131.656	-	131.656	8.495	-	(132.964)	(7.187)	-	-
Emp. Norte de Transm. de Energia (ENTE)	304.432	-	304.432	22.167	-	(309.677)	(16.922)	-	-
Emp. Regional de Transm. de Energia (ERTE)	72.853	-	72.853	4.999	-	(71.906)	(5.946)	-	-
Emp. Amazonense de Transm. de Energia (EATE)	670.304	-	670.304	50.019	-	(685.310)	(35.013)	-	-
Emp. Catarinense de Transm. de Energia (ECTE)	42.677	-	42.677	1.985	-	(41.752)	(2.910)	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	4.958	-	4.958	946	-	-	(223)	2.205	7.886
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	-	32.435	8.481	-	-	(6.994)	-	33.922
Guanhães Energia	20.001	-	20.001	(891)	-	-	-	48.318	67.428
Hidrelétrica Pipoca	20.419	-	20.419	4.419	-	-	231	-	25.069
Cemig Baguari Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia	427.944	-	427.944	46.931	-	-	-	167.710	642.585
Lightger	40.265	-	40.265	1.336	-	-	(1.525)	-	40.076
Baguari Energia	193.845	-	193.845	7.369	-	-	(1.841)	38	199.411
EBTE	153.618	-	153.618	11.890	-	(165.508)	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	-	59.991	1.211	-	-	-	(1)	61.201
Central Eólica Volta do Rio	74.136	-	74.136	3.749	-	-	-	(1)	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	-	62.352	(1.403)	-	-	-	(1)	60.948
Amazônia Energia	203.272	-	203.272	(3.483)	-	-	-	111.008	310.797
Ativas Data Center	-	-	-	(15.926)	-	-	-	20.323	4.397
Epícares Empreendimentos	-	-	-	7.346	-	-	-	95.925	103.271
Parati	366.915	(11.027)	355.888	17.468	5.986	-	-	3	379.345
Taesa	2.251.093	-	2.251.093	366.698	-	-	(368.409)	-	2.249.382
Gasmig (Investimento em curso)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.911.124	(55.854)	6.855.253	763.808	38.318	(1.407.117)	(535.085)	445.623	6.160.800

Consolidado	01/01/2012 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros	2012 Reapresentado
Gasmig	444.991	54.702	-	(56.696)	65.080	508.077
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	5.188	-	(2.692)	-	26.516
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	2.368	-	(1.976)	-	13.542
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	2.325	-	(1.322)	-	11.528
Transchile	42.850	565	4.673	-	(248)	47.840
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	4.088	-	-	(3.671)	21.329
Light	1.157.578	103.271	(44.827)	(114.346)	2.606	1.104.282
Emp. Paraense de Transm. de Energia (ETEP)	132.203	18.142	-	(18.689)	-	131.656
Emp. Norte de Transm. de Energia (ENTE)	307.211	38.718	-	(41.497)	-	304.432
Emp. Regional de Transm. de Energia (ERTE)	73.432	9.853	-	(10.432)	-	72.853
Emp. Amazonense de Transm. de Energia (EATE)	672.559	83.905	-	(86.160)	-	670.304
Emp. Catarinense de Transm. de Energia (ECTE)	44.983	4.843	-	(7.149)	-	42.677
Axiom Soluções Tecnológicas	4.253	845	-	(140)	-	4.958
Hidrelétrica Cachoeirão	26.702	7.413	-	(1.680)	-	32.435
Guanhães Energia	10.443	56	-	-	9.502	20.001
Hidrelétrica Pipoca	19.511	3.806	-	(2.898)	-	20.419
Cemig Baguari Energia	22	(45)	-	-	23	-
Madeira Energia	165.558	(25.759)	-	-	288.145	427.944
Lightger	39.084	1.181	-	-	-	40.265
Baguari Energia	198.041	16.492	-	(20.705)	17	193.845
EBTE	143.770	8.178	-	1.670	-	153.618
Central Eólica Praias de Parajuru	61.546	(1.586)	-	-	31	59.991
Central Eólica Volta do Rio	82.392	(8.256)	-	-	-	74.136
Central Eólica Praias de Morgado	63.629	(1.277)	-	-	-	62.352
Amazônia Energia	105.364	(3.589)	-	-	101.497	203.272
Parati	358.459	17.569	(11.027)	(9.113)	-	355.888
Taesa	2.060.362	540.750	-	(350.018)	(1)	2.251.093
Ativas	-	(18.296)	-	-	18.296	-
Gasmig (Investimento em curso)	67.759	-	-	-	(67.759)	-
	6.351.309	865.450	(51.181)	(723.843)	413.518	6.855.253

Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre basicamente da mais valia das concessões e esta apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	2013			2012		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	893.192	3.815.017	100,00	3.296.785	5.494.981
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.492.858	100,00	2.261.998	2.463.149
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.567.728	26,06	2.225.822	3.264.677
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	237.172	100,00	225.082	247.976
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	140.005	100,00	46.944	134.201
Sá Carvalho	36.833.380	100,00	36.833	121.816	100,00	36.833	123.898
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	969.009	59,57	643.780	808.466
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	76.103	100,00	64.258	77.404
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	26.362	100,00	14.174	25.895
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	87.569	100,00	30.952	91.866
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	100,00	87.579	128.426	100,00	5.528	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	115.732	25,00	49.569	106.065
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	34.775	100,00	30.902	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	57.537	24,00	30.000	56.423
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	10.448	100,00	486	12.368
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	58.812	24,50	22.340	47.052
Transchile	56.407.271	49,00	142.100	111.888	49,00	123.957	97.633
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	7.253	100,00	6.052	10.954
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	5.941	100,00	5.001	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	34.639	51,00	28.000	41.821
Cemig Trading	160.297	100,00	160	46.886	100,00	160	21.652
Emp. Paraense de Transm. de Energia (ETEP)	-	-	-	-	49,98	89.390	177.954
Empresa Norte de Transmissão de Energia (ENTE)	-	-	-	-	49,99	160.337	369.372
Emp. Regional de Transmissão de Energia (ERTE)	-	-	-	-	49,99	36.941	83.926
Emp. Amazonense de Transm. de Energia (EATE)	-	-	-	-	49,98	355.697	863.941
Emp. Catarinense de Transm. de Energia (ECTE)	-	-	-	-	19,09	42.095	118.013
Axiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	13.700	16.093	49,00	9.200	10.118
Cemig Serviços	-	-	-	-	100,00	5.100	1.421
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.517.376	25,00	1.432.910	1.467.660
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.187.689	-	-	-

Os saldos integrais das controladas em conjunto, em 2013 e em 2012, são como segue:

2013	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile	Light	Taesa	Axiom
Ativo									
Circulante	367.676	41.402	29.706	60.846	26.905	18.007	3.631.585	1.680.377	33.563
Não Circulante	1.401.042	124.937	74.203	374	80.739	188.800	9.516.422	7.537.068	8.149
Total do Ativo	1.768.718	166.339	103.909	61.220	107.644	206.807	13.148.007	9.217.445	41.712
Passivo									
Circulante	297.933	9.165	4.481	6.409	4.483	17.801	3.312.431	830.108	15.040
Não circulante	541.413	41.442	41.216	20.172	45.624	77.118	6.326.417	4.061.032	10.579
Patrimônio líquido	929.372	115.732	58.212	34.639	57.537	111.888	3.509.159	4.326.305	16.093
Total do Passivo	1.768.718	166.339	103.909	61.220	107.644	206.807	13.148.007	9.217.445	41.712
Demonstração do Resultado									
Receita Líquida de Vendas	1.203.049	33.398	20.148	11.951	20.344	16.782	7.764.887	1.253.661	37.590
Custo das Vendas	(955.632)	(2.419)	(1.566)	(206)	(1.415)	(2.150)	(4.190.904)	(257.304)	(27.752)
Lucro Bruto	247.417	30.979	18.582	11.745	18.929	14.632	3.573.983	996.357	9.838
Despesas Gerais e Administrativas	(47.859)	(1.425)	(1.018)	(2.506)	(746)	(7.955)	(2.262.636)		(7.123)
Resultado Financeiro Líquido	(18.628)	(3.254)	(3.336)	(730)	(3.814)	(5.144)	(459.244)	(228.904)	(2)
Lucro Operacional	180.930	26.300	14.228	8.509	14.369	1.533	852.103	767.453	2.713
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.024)	(1.263)	(830)	(828)	(804)	(564)	(264.768)	121.253	(778)
Resultado do Período	120.906	25.037	13.398	7.681	13.565	969	587.335	888.706	1.935

2012	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	221.048	39.293	24.799	76.607	31.581	15.255
Não Circulante	1.318.734	122.392	70.785	373	79.259	168.441
Total do Ativo	1.573.827	161.685	95.584	76.980	110.840	183.696
Passivo						
Circulante	272.952	9.069	4.363	12.635	5.679	15.880
Não circulante	508.806	46.551	44.169	22.524	48.738	70.183
Patrimônio líquido	808.466	106.065	47.052	41.821	56.423	97.633
Total do Passivo	1.573.827	161.685	95.584	76.980	110.840	183.696
Demonstração do Resultado						
Receita Líquida de Vendas	1.043.594	30.159	18.495	12.204	19.001	13.662
Custo das Vendas	(860.155)	(2.123)	(1.568)	(2.224)	(1.424)	(6.260)
Lucro Bruto	183.439	28.036	16.927	9.980	17.577	7.402
Despesas Gerais e Administrativas	(93.321)	(1.391)	(2.190)	(758)	(1.585)	(2.950)
Resultado Financeiro Líquido	32.900	(3.775)	(3.975)	(4)	(3.529)	(3.564)
Lucro Operacional	123.018	22.870	10.762	9.218	12.463	888
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.627)	(1.261)	(735)	(1.201)	(819)	445
Resultado do Período	97.391	21.609	10.027	8.017	11.644	1.333

2012	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
Ativo							
Circulante	2.378.698	329.249	156.675	158.428	204.670	62.672	10.830
Não Circulante	9.394.224	1.271.361	156.003	190.062	385.641	102.704	5.604
Total do Ativo	11.772.922	1.600.610	312.678	348.490	590.311	165.376	16.434
Passivo							
Circulante	2.179.160	168.470	35.933	60.861	67.697	41.149	5.827
Não Circulante	6.329.085	568.199	158.732	109.675	153.242	40.301	489
Patrimônio líquido	3.264.677	863.941	118.013	177.954	369.372	83.926	10.118
Total do Passivo	11.772.922	1.600.610	312.678	348.490	590.311	165.376	16.434
Demonstração do Resultado							
Receita Líquida de Vendas	8.021.254	295.180	70.371	65.608	153.986	61.122	23.365
Custo das Vendas	(5.953.833)	(25.133)	(5.263)	(7.839)	(13.141)	(31.705)	(17.411)
Lucro Bruto	2.067.421	270.047	65.108	57.769	140.845	29.417	5.954
Despesas Gerais e Administrativas	(919.898)	-	-	-	-	-	(4.663)
Resultado Financeiro Líquido	(461.244)	1.114	(6.337)	(3.812)	(14.682)	(3.134)	(84)
Lucro Operacional	686.279	271.161	58.771	53.957	126.163	26.283	1.207
Imposto de Renda e Contribuição Social	(204.927)	(31.494)	(18.197)	(7.472)	(12.358)	(2.142)	86
Resultado do Período	481.352	239.667	40.574	46.485	113.805	24.141	1.293

Operação de Reestruturação Societária com a TAESA

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, por meio do qual foi transferida para aquela Companhia, através da alienação dos ativos, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passou a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passou a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a CEMIG transferiu para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e, a Taesa desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos o valor total de R\$1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Por conta desta transação, a Companhia registrou ganho no resultado de 2013, como demonstrado na tabela abaixo, considerando como lucro realizado apenas a parcela relativa à participação dos demais investidores, que são terceiros independentes, na TAESA:

	Consolidado	Controladora
Valor recebido pelos ativos	1.691.415	1.619.987
Valor registrado dos ativos	(1.407.117)	(1.241.609)
Subtotal	284.298	378.378
Efeitos fiscais – IR e CS	(96.661)	(128.649)
Ganho não realizado na alienação	(80.684)	(80.684)
Efeito líquido no resultado do período	106.953	169.045

A diferença entre os valores consolidados e controladora deve-se aos efeitos apurados na Cemig GT, considerando que esta empresa era a acionista da EBTE.

Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig GT, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da TAESA para a Cemig, esta garantidora das Debêntures emitidas pela Cemig GT, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), obtida em 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Por se tratar de transação entre entidades sob controle comum, a transferência foi realizada pelo custo histórico dos investimentos naquela data, sem impactos nos resultados da Cemig ou da sua controlada Cemig GT.

Opções de venda

A controlada Cemig GT concedeu ao Fundo de Participações, que é acionista da Taesa, uma opção de venda de suas ações da Companhia, exercível em outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e, atualmente, exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2013, R\$18.624.982 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.862.498. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2013, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$199.510. O efeito proporcional na Companhia é de R\$19.951. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Neste sentido, a MESA e a sua controlada Santo Antônio Energia S.A. contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante total de R\$1.990 milhões, dos quais R\$800 milhões já foram liberados em 2013. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão No 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e Chipley, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação da Cemig GT e da Renova, com participações de 40% e 59%, respectivamente, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943.

Celebração de Acordo de Investimento

A Cemig GT aprovou em 2013 a celebração de Acordo de Investimento juntamente com a Renova, RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley. O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas pela Renova, bem como a estruturação da Chipley como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da Renova, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petrobras, em 14 de junho 2013.

O preço de emissão das ações da Renova será de R\$16,2266 por ação ordinária, sendo que a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$1.414.733. Os valores mencionados serão atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital. Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a Cemig GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S/A. (“Vale” e, em conjunto com a Cemig GT, as “Partes”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S/A, que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

A Aliança Geração de Energia S/A será constituída pelas partes mediante o aporte de suas participações dos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga e possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta nova empresa. A participação da Cemig GT mencionada acima para a Associação foi avaliada em R\$2.029.900.

A Cemig GT também adquirirá, pelo valor aproximado de R\$206.000, 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S/A, que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S/A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale. O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de dezembro de 2013, será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Cemig GT passa a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

As partes elaboraram os contratos da Associação e de Aquisição estabelecendo o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

A eficácia das transações está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes e formalidades legais, como aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e anuência das suas instituições financeiras credoras, bem como aprovação das autoridades governamentais competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na forma de legislação aplicável. Assim, nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco

A Cemig Capim Branco Energia S/A, (“Cemig Capim Branco”), subsidiária integral da Cemig, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Epícares Empreendimentos e Participações Ltda., classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)
Total dos ativos líquidos	94.184

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55.453.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	2013			2012 (Reapresentado)			01/01/2012 (Reapresentado)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço							
Terrenos	382.377	(4.518)	377.859	380.460	-	380.460	385.699
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.466.002	(5.071.260)	2.394.742	7.456.426	(4.904.235)	2.552.191	2.744.642
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.285.119	(1.573.213)	711.906	2.277.653	(1.535.134)	742.519	682.954
Máquinas e Equipamentos	7.424.595	(5.345.096)	2.079.499	7.381.684	(5.183.872)	2.197.812	2.384.309
Veículos	29.528	(17.569)	11.959	15.190	(9.081)	6.109	7.606
Móveis e Utensílios	14.443	(12.503)	1.940	11.800	(10.678)	1.122	992
	17.602.064	(12.024.159)	5.577.905	17.523.213	(11.643.000)	5.880.213	6.206.202
Em Curso	239.550	-	239.550	228.516	-	228.516	186.130
Imobilizado Líquido	17.841.614	(12.024.159)	5.817.455	17.751.729	(11.643.000)	6.108.729	6.392.332

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 2012 Reapresentado	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2013
Em Serviço					
Terrenos	380.460	4.215	(1)	(6.815)	377.859
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.552.191	7.859	(41)	(165.267)	2.394.742
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	742.519	18.292	(3.150)	(45.755)	711.906
Máquinas e Equipamentos	2.197.812	54.221	(3.536)	(168.998)	2.079.499
Veículos	6.109	7.775	-	(1.925)	11.959
Móveis e Utensílios	1.122	977	-	(159)	1.940
	5.880.213	93.339	(6.728)	(388.919)	5.577.905
Em Curso	228.516	11.034	-	-	239.550
Imobilizado Líquido	6.108.729	104.373	(6.728)	(388.919)	5.817.455

Consolidado	Saldo em 01/01/2012 Reapresentado	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2012 Reapresentado
Em Serviço					
Terrenos	385.699	(5.239)	-	-	380.460
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.744.642	(57.388)	(463)	(134.600)	2.552.192
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	682.954	90.163	(38)	(30.560)	742.520
Máquinas e Equipamentos	2.384.309	40.024	(37.506)	(189.015)	2.197.811
Veículos	7.606	90	-	(1.587)	6.109
Móveis e Utensílios	992	307	-	(177)	1.120
	6.206.202	67.957	(38.007)	(355.939)	5.880.212
Em Curso	186.130	42.386	-	-	228.517
Imobilizado Líquido	6.392.332	110.343	(38.007)	(355.939)	6.108.729

A taxa de depreciação média anual é de 3,12%. As taxas médias anuais de depreciação, por atividade, considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
2,86%	4,45%	8,88%	5,96%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis. Assim, o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

No caso das usinas hidrelétricas em regime de Produção Independente, a Companhia entendeu, com base nas comunicações emitidas durante 2013 pelo Poder Concedente a outros participantes do mercado que possuem contratos semelhantes ao da Companhia, que a indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis ao término da concessão não abarcaria os ativos relacionados ao projeto básico do empreendimento, conforme estabelece o Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996. Assim sendo, os ativos tiveram suas taxas de depreciação/amortização ajustadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta mudança de estimativa ocasionou um acréscimo na despesa de depreciação/amortização no montante de R\$48.602, no ano de 2013.

Rescisão do Contrato de Concessão da UHE Itaocara

Em 8 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Cemig aprovou o requerimento de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/01 (“Contrato de Concessão”) perante à ANEEL, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/05, introduzido pela Lei nº 12.839/13.

O projeto inicial da UHE Itaocara (“Empreendimento”) enfrentou diversas restrições ambientais, tendo sido, inclusive, determinado o arquivamento de seu processo de licenciamento, uma vez que o IBAMA concluiu por sua inviabilidade. Entretanto, o Consórcio, ao longo dos últimos anos, buscou alternativas que viabilizassem ambientalmente o Empreendimento e revertissem os impedimentos então existentes, o que culminou na alteração do projeto, conforme Despacho ANEEL nº 3.634/11, que definiu uma capacidade instalada de 145 MW. Desta forma, somente em dezembro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia nº 428/11 (“Licença Prévia”), dando início à etapa seguinte de busca da Licença Ambiental de Instalação, obtida finalmente em 29 de julho de 2013.

Diante do exposto, a decisão pelo requerimento de rescisão do Contrato de Concessão foi baseada na impossibilidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Concessão, em virtude do indeferimento, pelo Ministério de Minas e Energia, do requerimento para alteração do prazo de vigência deste último - de forma que a contagem do prazo de 35 anos da concessão tivesse início a partir da data da obtenção da Licença Prévia - configurando assim a perda de 12 anos no prazo da concessão e comprometendo o tempo de receita necessário para o retorno do investimento.

Cumprе ressaltar que a Cemig tem a intenção de permanecer com o Contrato de Concessão em caso de superveniência de qualquer decisão do Poder Concedente ou da legislação que possibilite a viabilização financeira da exploração do Empreendimento. Não obstante, a Cemig poderá participar de futuro leilão que licitar novamente o Empreendimento, se julgar conveniente.

Por fim, a Companhia informa que a referida rescisão do Contrato de Concessão não ensejará ônus à Cemig GT, uma vez que lhe serão assegurados os direitos conferidos pelo art. 4º, A, da Lei nº 9.074/05, introduzido pela Lei nº 12.839/13, quanto: (i) à liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) ao não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ao ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos, no montante de R\$17.615.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2013	2012	01/01/2012
Em serviço					
Usina de Porto Estrela	33,33%	4,97	38.826	38.715	38.715
Usina Igarapava	14,50%	2,48	58.295	57.579	57.017
Usina de Funil	49,00%	3,53	183.229	183.124	183.124
Usina de Queimado	82,50%	3,98	212.531	212.554	208.618
Usina de Aimorés	49,00%	3,74	552.204	551.310	551.310
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	3,64	56.240	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(257.806)	(219.066)	(192.671)
			843.519	880.456	902.353
Em curso					
Usina de Queimado	82,50%		1.626	277	3.388
Usina de Funil	49,00%		205	186	0
Usina de Aimorés	49,00%		147	1.188	700
Usina Igarapava	14,50%		358	1.016	461
Usina Porto Estrela	33,33%		89	184	119
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%		2.244	2050	1.083
			4.669	4.901	5.751
Total de Consórcios - Controladora			848.188	885.357	908.104

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL que representam a vida útil dos ativos e ajustadas a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme o Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, exceto o Consórcio de Igarapava por se tratar de concessão na modalidade Serviço Público.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	VALE S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil bruto de R\$4.591.932 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

Revisão de Vida Útil promovida pelo Poder Concedente

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu as taxas anuais de depreciação para os ativos “em Serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação dessa taxa ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

A Companhia processou as alterações das taxas e recalculou o valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão, do montante atribuível ao Ativo Intangível.

17. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Controladora	Taxa Média de Amortização	2013			2012 Reapresentado			01/01/2012 Reapresentado
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Direito de uso de softwares	20%	3.705	(2.960)	745	3.794	(3.316)	478	647
Marcas e Patentes	10%	9	(4)	5	9	(3)	6	3
		<u>3.714</u>	<u>(2.964)</u>	<u>750</u>	<u>3.803</u>	<u>(3.319)</u>	<u>484</u>	<u>650</u>
Em Curso		3	-	3	497	-	497	7
Intangível Líquido		<u>3.717</u>	<u>(2.964)</u>	<u>753</u>	<u>4.300</u>	<u>(3.319)</u>	<u>981</u>	<u>657</u>

Consolidado	2013			2012 Reapresentado			01/01/2012 Reapresentado
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	13.757	(1.318)	12.439	13.175	(1.766)	11.409	11.590
Concessão Onerosa	39.868	(12.440)	27.428	30.647	(9.653)	20.994	23.232
Ativos de Concessão	6.748.458	(5.882.416)	866.042	6.640.959	(5.508.926)	1.132.033	1.536.866
Outros	67.838	(44.102)	23.736	41.759	(36.222)	5.537	4.830
	<u>6.869.921</u>	<u>(5.940.276)</u>	<u>929.645</u>	<u>6.726.540</u>	<u>(5.556.567)</u>	<u>1.169.973</u>	<u>1.576.518</u>
Em Curso	1.074.345	-	1.074.345	704.381	-	704.381	1.202.882
Intangível Líquido	<u>7.944.266</u>	<u>(5.940.276)</u>	<u>2.003.990</u>	<u>7.430.921</u>	<u>(5.556.567)</u>	<u>1.874.354</u>	<u>2.779.400</u>

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Consolidado	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.409	-	-	(586)	1.616	12.439
Concessão Onerosa	20.994	9.222	-	(2.788)	-	27.428
Ativos de Concessão	1.132.033	-	(5.846)	(428.430)	168.285	866.042
Outros	5.537	11.404	-	(5.021)	11.816	23.736
	<u>1.169.973</u>	<u>20.626</u>	<u>(5.846)</u>	<u>(436.825)</u>	<u>181.717</u>	<u>929.645</u>
Em Curso	704.381	887.270	(33.201)	-	(484.105)	1.074.345
Intangível Líquido - Consolidado	<u>1.874.354</u>	<u>907.896</u>	<u>(39.047)</u>	<u>(436.825)</u>	<u>(302.388)</u>	<u>2.003.990</u>

Consolidado	Saldo em 01/01/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.590	-	-	(181)	-	11.409
Concessão Onerosa	23.232	-	(1.220)	(831)	(187)	20.994
Ativos de Concessão	1.536.866	(192.672)	(49.422)	(405.220)	242.481	1.132.033
Outros	4.830	454	-	(1.168)	1.421	5.537
	<u>1.576.518</u>	<u>(192.218)</u>	<u>(50.642)</u>	<u>(407.400)</u>	<u>243.715</u>	<u>1.169.973</u>
Em Curso	<u>1.202.882</u>	<u>1.455.066</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.953.567)</u>	<u>704.381</u>
Intangível Líquido - Consolidado	<u>2.779.400</u>	<u>1.262.848</u>	<u>(50.642)</u>	<u>(407.400)</u>	<u>(1.709.852)</u>	<u>1.874.354</u>

A taxa de amortização média anual é de 7,74%. As taxas médias anuais de amortização, por atividade, considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
6,58%	7,06%	3,59%	14,26%	7,74%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo Intangível os encargos com empréstimos e financiamentos vinculados à obra no montante de R\$40.136, no consolidado, em 31 de dezembro de 2013 (R\$17.684 em 31 de dezembro de 2012).

18. FORNECEDORES

	Consolidado		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Energia de curto prazo - CCEE	77.382	104.691	38.323
Encargos de uso da rede elétrica	63.653	104.752	95.112
Energia elétrica comprada para revenda	465.693	582.951	264.552
Itaipu binacional	179.924	180.180	162.071
Materiais e serviços	279.706	333.361	283.639
	1.066.358	1.305.935	843.697

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
ICMS	323.234	342.648	320.978	18.091	18.091	18.091
COFINS	103.423	103.682	73.591	37.118	31.907	11.636
PASEP	22.611	22.584	16.054	8.059	6.927	2.526
INSS	22.835	21.856	23.668	2.120	1.761	2.130
Outros	26.450	24.655	26.617	1.491	1.433	1.357
	498.553	515.425	460.908	66.879	60.119	35.740
Não Circulante						
COFINS	579.494	563.731	635.126	-	-	-
PASEP	125.811	122.389	137.888	-	-	-
Outros	192	52	356	-	-	-
	705.497	686.172	773.370	-	-	-
	1.204.050	1.201.597	1.234.278	66.879	60.119	35.740

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante			
Imposto de Renda	25.711	23.478	22.130
Contribuição Social	9.188	8.468	7.460
	34.899	31.946	29.590

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado				
				2013			2012	01/01/2012
				Circulante	Não Circulante	Total	Reapresentado	Reapresentado
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A.	2013	6,00	US\$	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.583	28.762	32.345	26.831	34.826
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	-	1.387
KFW	2016	4,50	EURO	2.128	4.256	6.384	7.111	8.028
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US\$	7.420	-	7.420	7.420	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				13.131	33.018	46.149	66.965	98.650
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	10.428	198.183	208.611	206.186	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80% do CDI	R\$	-	-	-	-	99.113
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	6.775	442.349	449.124	447.250	492.838
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	28.061	56.844
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	-	-	-	132.842	136.566
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	537.436	480.000	1.017.436	1.113.973	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2014	98,50% do CDI	R\$	384.045	-	384.045	475.890	436.637
Banco do Brasil S.A	2013	104,08% do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A	2013	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.083.159	-
Banco do Brasil S.A	2015	99,50% do CDI	R\$	(2.115)	214.584	212.469	-	-
Banco do Brasil S.A	2016	104,25% do CDI	R\$	-	634.428	634.428	-	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	26.253	53.415
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.914	88.389	96.303	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	500	-	500	97.570	129.806
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	1.003	69.925
Bradesco S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	990.142
Bradesco S.A.	2013	102,50% do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
Itaú e Bradesco (2)	2015	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	-	819.997
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	-	-	-	14.529	25.603
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	81.969	252.121	334.090	388.583	428.238
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	99.259	201.357
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.819	2.888	6.707	6.867	6.366
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	80.863	161.792
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 8	R\$	4.177	9.094	13.271	18.686	19.917
Consórcio Pipoca	2014	IPCA	R\$	185	-	185	185	185
BNDES – CEMIG TELECOM (3)	2017	URTJ / TJLP	R\$	7.961	24.205	32.166	40.057	48.023
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	20.131	40.452
Dívida em Moeda Nacional				1.043.094	2.346.241	3.389.335	6.443.343	6.360.350
Total de Empréstimos e Financiamento				1.056.225	2.379.259	3.435.484	6.510.308	6.459.000
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	424.172	-	424.172	401.359	372.696
Debêntures	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.702	559.281	560.983	530.287	502.648
Debêntures	2012	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	-	1.754.714
Debêntures	2015	IPCA + 7,68	R\$	540.289	484.397	1.024.686	1.444.590	1.367.937
Debêntures	2017	CDI + 0,90	R\$	38.423	479.896	518.319	517.395	-
Debêntures	2022	IPCA + 6,20	R\$	40.355	741.892	782.247	738.885	-
Debêntures	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.654	221.473	233.127	220.211	-
Debêntures	2021	IPCA + 4,70	R\$	53.395	1.134.893	1.188.288	-	-
Debêntures	2025	IPCA + 5,10	R\$	34.509	676.871	711.380	-	-
Debêntures	2018	CDI + 0,69	R\$	31.988	410.284	442.272	-	-
Debêntures (4)	2018	CDI + 0,80	R\$	5.054	72.000	77.054	-	-
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (5)	2031	IGP-M	R\$	-	59.352	59.352	52.758	46.896
Total de Debêntures				1.181.541	4.840.339	6.021.880	3.905.485	4.044.891
Total Geral Consolidado				2.237.766	7.219.598	9.457.364	10.415.793	10.503.891

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
(2) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº12 nas informações contábeis consolidadas;
(3) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
(4) Empréstimo realizado pela Capim Branco;
(5) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2013, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	6.539.876
Recebíveis	1.265.760
Sem Garantia	1.651.728
TOTAL	9.457.364

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	11.003	-	-	-	-	-	-	28.762	39.765
Euro	2.128	2.128	2.128	-	-	-	-	-	6.384
Total por Moedas	13.131	2.128	2.128	-	-	-	-	28.762	46.149
Indexadores									
IPCA (1)	682.089	670.382	185.983	185.984	110.324	485.422	619.561	1.561.151	4.500.896
UFIR/RGR (2)	81.963	67.276	49.943	40.202	35.362	23.562	20.465	15.316	334.089
CDI (3)	1.012.533	547.729	1.207.567	693.633	482.796	-	-	-	3.944.258
URTJ/TJLP (4)	20.052	18.125	17.829	17.829	10.039	7.631	7.631	42.605	141.741
IGP-M (5)	424.172	-	-	-	-	-	-	59.352	483.524
IGP-DI (6)	2.246	566	686	686	464	-	-	-	4.648
TR (7)	1.580	-	-	383	96	-	-	-	2.059
Total por Indexadores	2.224.635	1.304.078	1.462.008	938.717	639.081	516.615	647.657	1.678.424	9.411.215
Total Geral	2.237.766	1.306.206	1.464.136	938.717	639.081	516.615	647.657	1.707.186	9.457.364

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	2013 (%)	2012 (%)	01/01/2012 (%)	Indexador	2013 (%)	2012 (%)	01/01/2012 (%)
Dólar Norte-Americano	14,64	8,94	12,58	IPCA	5,91	5,84	6,50
Euro	19,70	10,73	9,25	FINEL	1,08	1,52	1,00
				CDI	8,05	8,37	11,64
				IGP-M	5,51	7,82	5,10

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2012	10.503.891	1.030.227
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.927.681	1.088.000
Custos de Captação	(11.323)	(6.895)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	4.916.358	1.081.105
Variação monetária e cambial	252.996	-
Encargos financeiros provisionados	836.405	110.586
Encargos financeiros pagos	(818.071)	(100.800)
Amortização de financiamentos	(5.275.786)	(1.018.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.415.793	1.102.721
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.475.083	-
Custos de Captação	(8.567)	-
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.466.516	-
Variação monetária e cambial	247.930	-
Encargos financeiros provisionados	742.010	21.460
Encargos financeiros pagos	(813.433)	(17.784)
Amortização de financiamentos	(3.601.452)	(1.106.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.457.364	-

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2013 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	5.232
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	18.774
Debêntures - 1ª série (Capim Branco)	2018	CDI + 0,80%	72.303
Banco do Brasil (Cemig Distribuição)	2015	99,5% do CDI	195.847
Debêntures - 1ª série (Cemig Distribuição)	2018	CDI + 0,69%	412.163
Debêntures - 2ª série (Cemig Distribuição)	2021	IPCA + 4,7%	1.103.335
Debêntures - 3ª série (Cemig Distribuição)	2025	IPCA + 5,1%	658.862
Total de Captações			2.466.516

Em março de 2013, a Cemig Distribuição concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.179 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da CEMIG.

Já a Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, a Cemig GT concluiu em 30 de janeiro de 2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Covenants Financeiros	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Debêntures - 1ª Emissão								
CEMIG	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,90	Não há	2012	-	-	1.754.714
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IGP-M	Não há	2014	59.352	52.758	46.895
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,68	Não há	2015	1.024.686	1.444.590	1.367.937
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,90	Não há	2017	518.319	517.395	-
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,20	Não há	2019	782.247	738.885	-
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,00	Não há	2022	233.127	220.211	-
CEMIG D (1) - 1ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	2018	442.272	-	-
CEMIG D (1) - 2ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,70	Não há	2021	1.188.288	-	-
CEMIG D (1) - 3ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,10	Não há	2025	711.380	-	-
CAPIB BRANCO	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,80	Não há	2018	77.054	-	-
CEMIG D (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	2017	560.983	530.287	502.648
CEMIG D (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,50	Não há	2014	424.172	401.359	372.697
TOTAL						6.021.880	3.905.485	4.044.891

(1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria;

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross-default*);

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no qual a Cemig é garantidora, com cláusula restritiva (“*covenant*”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora	Maior ou igual a 30,00%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

Em 31 de dezembro de 2013, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Reserva Global de Reversão - RGR	57.574	61.706	51.901
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	30.674	60.220
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.139	44.906	39.180
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.163	3.509	3.451
Eficiência Energética	123.419	134.497	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	103.070	137.003	179.337
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.305	3.837	3.330
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.457	7.494	6.480
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.110	25.703	22.628
Encargo de Capacidade Emergencial	31.018	31.035	31.092
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	-	4.678	3.498
	346.462	486.249	533.339
Passivo Circulante	153.437	317.048	271.409
Passivo Não Circulante	193.025	169.201	261.930

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social ("Forluz"), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2013.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$807.739 em 31 de dezembro de 2013 (R\$814.870 em 31 de dezembro de 2012). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que o laudo atuarial apresenta um ativo líquido com fundo de pensão. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas da Controladora e das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição são conforme abaixo:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	7.351.556	1.011.719	28.677	600.593	8.992.545
Valor Justo dos Ativos do Plano	(7.727.771)	-	-	-	(7.727.771)
Passivo Líquido (Ativo Líquido)	(376.215)	1.011.719	28.677	600.593	1.264.774
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	376.215	-	-	-	376.215
Complemento referente à dívida com a Forluz	807.739	-	-	-	807.739
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	807.739	1.011.719	28.677	600.593	2.448.728

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o ativo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o Passivo Líquido apurado no laudo atuarial será integralmente reconhecida em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorreu um aumento acumulado no Patrimônio Líquido em dezembro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$ 175.463, líquido dos efeitos fiscais diferidos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2012	9.190.642	819.780	22.343	735.848	10.768.613
Custo do Serviço Corrente	10.634	16.852	467	8.371	36.324
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	806.096	72.187	1.961	67.990	948.234
Contribuição dos Empregados	53	-	-	-	53
Perdas (Ganhos) Atuariais	(2.036.813)	168.743	5.838	(199.527)	(2.061.759)
Benefícios pagos	(619.056)	(65.843)	(1.932)	(12.089)	(698.920)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013	7.351.556	1.011.719	28.677	600.593	8.992.545

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	8.142.438
Retorno real dos investimentos	103.435
Contribuições do Empregador	100.901
Contribuição dos Empregados	53
Benefícios pagos	(619.056)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	7.727.771

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2013 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	10.634	16.852	467	8.371	36.324
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	806.096	72.187	1.961	67.990	948.234
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(717.328)	-	-	-	(717.328)
Despesa conforme laudo atuarial	99.402	89.039	2.428	76.361	267.230
Ajuste referente à dívida com a Forluz	1.944	-	-	-	1.944
Despesa em 2013	101.346	89.039	2.428	76.361	269.174

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 1º de janeiro de 2011	62.984	29.710	1.625	26.919	121.238
Reapresentado					
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	4.599	4.819	118	5.174	14.710
Contribuições Pagas	(6.203)	(3.290)	(47)	(636)	(10.176)
Perdas (Ganhos) atuariais	42.866	19.324	(210)	20.501	82.481
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	104.246	50.563	1.486	51.958	208.253
Reapresentado					
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	10.324	5.077	153	5.817	21.371
Contribuições Pagas	(4.965)	(3.992)	(114)	(793)	(9.864)
Perdas (Ganhos) atuariais	(69.864)	(3.113)	(123)	(21.343)	(94.443)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	39.741	48.535	1.402	35.639	125.317
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2012					2.520
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2012					205.733
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2013					7.759
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2013					117.558

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 1º de janeiro de 2011	946.064	567.391	30.718	486.505	2.030.678
Reapresentado					
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	93.427	72.494	1.440	60.057	227.418
Contribuições Pagas	(125.136)	(59.229)	(863)	(11.174)	(196.402)
Perdas (Ganhos) atuariais	133.849	239.124	(8.952)	200.460	564.481
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	1.048.204	819.780	22.343	735.848	2.626.175
Reapresentado					
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	101.346	89.039	2.428	76.361	269.174
Contribuições Pagas	(100.901)	(65.843)	(1.932)	(12.089)	(180.765)
Perdas (Ganhos) atuariais	(240.910)	168.743	5.838	(199.527)	(265.856)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	807.739	1.011.719	28.677	600.593	2.448.728
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2012					51.227
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2012					2.574.948
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2013					138.076
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2013					2.310.652

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2014 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.994	6.475	191	3.201	15.861
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	869.290	125.023	3.544	73.482	1.071.339
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(922.170)	-	-	-	(922.170)
Despesa (Receita) em 2014, conforme laudo atuarial	(46.886)	131.498	3.735	76.683	165.030
Ajuste referente à dívida com a Forluz	141.049	-	-	-	141.049
Despesa (Receita) em 2014	94.163	131.498	3.735	76.683	306.079

Apesar do laudo atuarial considerar uma receita em 2014 referente ao fundo de pensão, a companhia efetuará o registro da despesa financeira referente à dívida pactuada com a fundação, conforme mencionado anteriormente nesta nota. A expectativa para a despesa financeira referente à dívida em 2014 é de R\$ 94.163.

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2014 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	653.104	69.464	2.038	12.268

A Companhia e suas controladas tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2014 no montante de R\$ 106.451 e R\$ 82.336 para o plano de Contribuição Definida.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2013	2012
Ações de empresas brasileiras	9,83%	0,08%
Títulos de Renda Fixa	63,51%	85,63%
Imóveis	4,99%	3,77%
Outros	21,67%	10,52%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

	2013	2012
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora e Controladas	396.606	463.873
Ações emitidas pela Patrocinadora	9.370	10.242
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	215.000	201.245
	620.976	675.360

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2013	2012
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	12,36%	9,05% a 10,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,36%	9,05%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,20%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,31%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	IAPB-57

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado					
	01/01/2012 Reapresentado	2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	2013
Trabalhistas	85.656	78.151	203.847	(32.666)	(103.103)	146.229
Cíveis						
Relações de Consumo	77.958	59.912	10.045	(32.136)	(8.719)	29.102
Outras ações cíveis	31.616	39.214	23.132	(16.575)	(22.574)	23.097
	109.574	99.126	33.177	(48.711)	(31.293)	52.199
Tributárias	40.478	34.864	19.150	(24.530)	(3.458)	26.027
Ambientais	4.373	5.442	174	(4.371)	(66)	1.179
Regulatórias	62.617	37.577	23.229	(6.942)	(3.636)	50.228
Outras	8.371	10.316	23.737	(1.860)	(1.769)	30.523
Total	311.069	265.476	303.314	(119.080)	(143.325)	306.385

	Consolidado				
	01/01/2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	2012 Reapresentado
Trabalhistas	85.656	14.286	(11.041)	(10.750)	78.151
Cíveis					
Relações de Consumo	77.958	6.933	(20.747)	(4.232)	59.912
Outras ações cíveis	31.616	62.240	(31.503)	(23.139)	39.214
	109.574	69.173	(52.250)	(27.371)	99.126
Tributárias	40.478	1.575	(4.411)	(2.778)	34.864
Ambientais	4.373	1.313	(244)	-	5.442
Regulatórias	62.617	446.533	(27.063)	(444.510)	37.577
Outras	8.371	4.910	(2.069)	(896)	10.316
Total	311.069	537.790	(97.078)	(486.305)	265.476

	Controladora					
	01/01/2012 Reapresentado	2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	2013
Trabalhistas	58.902	50.004	38.600	(32.631)	(30.000)	25.973
Cíveis						
Relações de Consumo	31.035	17.649	1.546	(12.282)	(234)	6.679
Outras ações cíveis	20.556	19.268	16.860	(13.001)	(16.861)	6.266
	51.591	36.917	18.406	(25.283)	(17.095)	12.945
Tributárias	33.342	30.555	2.792	(23.930)	(2.061)	7.356
Ambientais	207	984	-	(708)	-	276
Regulatórias	38.210	25.073	1.211	(4.679)	(1.211)	20.394
Outras	3.700	2.556	200	(1.844)	(142)	770
Total	185.952	146.089	61.209	(89.075)	(50.509)	67.714

	Controladora				
	01/01/2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	2012 Reapresentado
Trabalhistas	58.902	1.714	(8.898)	(1.714)	50.004
Cíveis					
Relações de Consumo	31.035	418	(13.541)	(263)	17.649
Outras ações cíveis	20.556	20.928	(20.556)	(1.660)	19.268
	51.591	21.346	(34.097)	(1.923)	36.917
Tributárias	33.342	416	(3.164)	(39)	30.555
Ambientais	207	984	(207)	-	984
Regulatórias	38.210	436.214	(13.137)	(436.214)	25.073
Outras	3.700	1.281	(1.844)	(581)	2.556
Total	185.952	461.955	(61.347)	(440.471)	146.089

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$535.683 (R\$394.461 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$146.229 foram provisionados (R\$78.151 em 31 de dezembro de 2012), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$61.458 (R\$96.915 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$29.102 (R\$59.912 em 31 de dezembro de 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$131.719 (R\$110.505 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$23.097 (R\$39.214 em 31 de dezembro de 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$98.691 (R\$201.406 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$26.027 foram provisionados (R\$34.864 em 31 de dezembro de 2012), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$5.263 (R\$12.456 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$1.179 foram provisionados (R\$5.442 em 31 de dezembro de 2012), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$180.293 (R\$129.265 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$50.228 (R\$37.577 em 31 de dezembro de 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$20.020, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$91.356 (R\$56.321 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$10.503 foram provisionados (R\$10.316 em 31 de dezembro de 2012), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$218.832 (R\$204.382 em 31 de dezembro de 2012).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$824.286 (R\$922.897 em 31 de dezembro de 2012), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$302.230 (R\$371.272 em 31 de dezembro de 2012) e a probabilidade de perda foi classificada, inicialmente, como possível pela Companhia por acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado, de R\$363.124 (R\$337.199 em 31 de dezembro de 2012), classificada como probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$16.732 (R\$389.515 em 31 de dezembro de 2012). Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada, em R\$1.290.887 (R\$1.162.821 em 31 de dezembro de 2012), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$146.057 (R\$135.113 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$108.893. Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$142.496 (R\$132.648 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$182.451 (R\$162.846 em 31 de dezembro de 2012).

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.800.804 (R\$1.582.046 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, uma vez que não há demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R\$107.697 (R\$94.035 em 31 de dezembro de 2012).

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$155.150 e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente ao período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias Cemig GT e Cemig D, no percentual de 48,07% e 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. Portanto, foi reconhecido um ganho de R\$150.507 no resultado da Cemig GT e R\$162.593 na Cemig D, ambos contabilizados em dezembro de 2013.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do Capital Social, com valor nominal de R\$5,00 e totalmente integralizadas estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2013					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	65.965.387	8	280.380.126	22
Outras Entidades do Estado	56.703	-	13.036.270	2	13.092.973	1
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	55.080.872	13	209.157.483	25	264.238.355	21
No Exterior	12.511.546	3	507.246.043	60	519.757.589	41
Total	420.764.708	100	838.076.946	100	1.258.841.654	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 2012					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	189.991.615	51	-	-	189.991.615	22
Outras Entidades do Estado	50.246	-	8.821.839	2	8.872.085	1
AGC Energia S.A.	122.901.990	33	-	-	122.901.990	14
Outros						
No País	49.999.792	13	159.644.811	33	209.644.603	25
No Exterior	9.893.442	3	311.714.493	65	321.607.935	38
Total	372.837.085	100	480.181.143	100	853.018.228	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 1 de janeiro de 2012					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros						
No País	35.420.497	12	73.185.353	19	108.605.850	16
No Exterior	12.494.090	4	303.902.089	79	316.396.179	47
Total	298.269.668	100	384.144.914	100	682.414.582	100

Aumento de Capital Social

Em 30 de abril de 2013, a Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$4.265.091 para R\$4.813.362 com emissão de 109.654.157 novas ações, mediante a capitalização de R\$548.271 provenientes de reserva de capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 12,854843355% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Em 26 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$4.813.362 para R\$6.294.208 com emissão de 296.169.269 novas ações, mediante a capitalização de R\$1.480.846 provenientes de Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 30,765323033% em ações novas, todas preferenciais com valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

Em decorrência do aumento de capital, em 2013, com a emissão de 296.169.269 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro por ação está apresentado, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações do capital da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações para o exercício de 2013 é como segue:

Quantidade de ações	2013	2012
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(536.655)	(536.655)
Total	1.258.304.999	1.258.304.999

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no exercício de 2013 e 2012 foram de R\$2,47 e R\$3,39 respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em 31 de dezembro de 2013, ajustando-se o lucro por ação comparativo de 2012.

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital	2013	2012	01/01/2012
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	-	1.313.219	1.313.219
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	2.572.527	2.572.527
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)	(1.132)
	1.924.733	3.953.850	3.953.850

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizados na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a Cemig decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	2013	2012	01/01/2012
Reserva Legal	853.018	853.018	682.415
Reserva Estatutária	2.861.214	1.303.905	1.141.178
Reserva de Retenção de Lucros	71.122	71.122	1.382.962
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	54.528	628.131	86.316
	3.839.882	2.856.176	3.292.871

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2013 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2014. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva da Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registra na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

(c) Dividendos

Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.

As ações do Capital Social da Cemig, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Uma vez que os acionistas das ações preferenciais e ordinárias possuem diferentes dividendos, direito a voto e liquidação, os lucros básicos por ação foram calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação que determina o lucro por ação para as ações preferenciais e ordinárias de acordo com os dividendos a serem pagos, conforme exigido pela Companhia de estatutos e os direitos de participação nos lucros não distribuídos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido é suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então os dividendos por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia distribuiu dividendos iguais por ação para todos os períodos apresentados.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2013 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora
	2013
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	12.638.357
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	0,6658
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	8.414.618
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	252.439
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.039
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	3.103.855
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.551.928
Dividendos Propostos	
Juros sobre o Capital Próprio	533.149
Dividendos ordinários	1.067.925
	1.601.074
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os Juros sobre o Capital Próprio	(49.146)
	1.551.928
Dividendos adicionais propostos	54.528
Total de Dividendos (líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio)	1.606.456
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	1.069.273
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	537.183
Dividendos por valor unitário – R\$	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50
Dividendo Obrigatório	1,23
Dividendos Propostos (líquido do Imposto de Renda na Fonte sobre JSCP)	1,28

A Companhia declarou em dezembro de 2013 o pagamento de Juros sobre capital próprio, os quais serão considerados e compensados no cálculo do dividendo obrigatório de 2013, no montante de R\$533.149, o que corresponde a R\$0,42 por ação, pagos em dezembro de 2013, sendo apurado um benefício fiscal de R\$181.271.

Dividendos Extraordinários

O Estatuto Social da Cemig estabelece que, sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros específica para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

(d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado		
	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(6.154)	(124.338)	(24.468)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto			
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	850.247	959.303	1.080.233
Ajustes de Conversão de Balanço	17.498	10.025	5.354
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(281.603)	(369.728)	(54.216)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	(454)	(383)	567
	585.688	599.217	1.031.9398
Ajustes de Avaliação Patrimonial	579.534	474.879	1.007.470

Os Ajustes de Conversão referem-se à diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a nova avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

25. RECEITA

	Consolidado	
	2013	2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	14.741.288	15.380.007
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.007.802	1.808.468
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (c)	404.040	662.306
Receita de Construção de Transmissão (d)	91.176	107.304
Receita de Indenização de Transmissão (c)	20.673	192.311
Receita de Construção de Distribuição (d)	883.801	1.228.483
Transações com energia na CCEE	1.193.262	387.164
Outras Receitas Operacionais (e)	1.047.583	506.450
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (f)	(4.762.345)	(6.135.135)
Receita Operacional Líquida	14.627.280	14.137.358

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2013	2012	2013	2012
Residencial	9.473.426	8.870.990	4.517.613	4.890.383
Industrial	23.451.590	25.472.685	4.023.309	4.388.021
Comércio, Serviços e Outros	6.035.454	5.722.581	2.354.195	2.532.649
Rural	3.028.459	2.857.117	740.809	781.601
Poder Público	860.709	830.705	328.240	364.096
Iluminação Pública	1.267.202	1.241.928	310.770	341.900
Serviço Público	1.241.897	1.185.781	319.661	355.176
Subtotal	45.358.737	46.181.787	12.594.597	13.653.826
Consumo Próprio	35.162	34.126	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	2.670	37.162
	45.393.899	46.215.913	12.597.267	13.690.988
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	16.127.376	13.368.096	2.144.021	1.689.019
Total	61.521.275	59.584.009	14.741.288	15.380.007

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

Em decorrência da 3ª Revisão Tarifária da Controlada Cemig Distribuição, houve uma redução média na tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) de 33,22%.

c) Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

Para as concessões de transmissão, a receita inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão.

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 4.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

e) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2013	2012
Serviço Taxado	9.793	17.010
Serviço de Telecomunicações	126.638	144.921
Prestações de Serviços	122.570	96.049
Subvenções (*)	672.562	176.078
Aluguel e Arrendamento	57.395	71.287
Outras	58.625	1.105
	1.047.583	506.450

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2013	2012
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.780.450	3.086.954
COFINS	1.300.636	1.400.004
PIS-PASEP	282.356	303.910
Outros	4.785	4.669
	4.368.227	4.795.537
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	69.651	217.047
Programa de Eficiência Energética – PEE	39.817	28.505
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	131.987	497.964
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	25.487	458.070
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	40.656	34.923
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	33.003	34.925
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	18.287	17.462
Encargos de Capacidade Emergencial	27.000	25.530
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	8.230	25.172
	394.118	1.339.598
	4.762.345	6.135.135

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Pessoal (a)	1.284.082	1.173.528	52.612	34.170
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	221.399	238.795	13.486	12.661
Obrigações Pós-Emprego	175.407	133.991	16.758	10.111
Materiais	122.895	73.121	494	182
Serviços de Terceiros (b)	916.990	906.501	17.586	22.451
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.207.283	4.682.636	-	-
Depreciação e Amortização	823.668	763.168	491	330
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	130.895	184.957	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	305.239	670.792	(27.866)	400.353
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	575.050	883.049	-	-
Custos de Construção (e)	974.977	1.335.787	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	494.071	481.762	37.261	38.988
	11.231.956	11.528.087	110.822	519.246

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Remunerações e Encargos	1.038.555	1.030.608	41.531	31.277
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	77.058	71.554	5.210	4.553
Benefícios Assistenciais	140.291	136.463	3.980	3.768
	1.255.904	1.238.625	50.721	39.598
Programa de Desligamento Voluntário (PDV)	78.034	34.262	3.168	1.130
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(49.856)	(99.359)	(1.277)	(6.558)
	28.178	(65.097)	1.891	(5.428)
	1.284.082	1.173.528	52.612	34.170

Programas de Desligamento de Empregados

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que reuniam condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID previa o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O Programa teve a adesão de 1.069 empregados.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	183.134	173.430	-	-
Comunicação	63.385	100.104	775	895
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	207.756	197.348	93	103
Conservação e Limpeza de Prédios	86.909	71.664	395	95
Mão de Obra Contratada	16.974	30.712	21	357
Frete e Passagens	8.001	10.076	1.979	1.946
Hospedagem e Alimentação	14.693	18.685	412	391
Vigilância	22.631	21.038	-	-
Consultoria	20.944	13.806	3.707	8.598
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	37.883	39.682	4.901	1.446
Manutenção e Conservação de Veículos	9.426	10.647	26	1.657
Corte e Religação	17.325	33.137	-	-
Meio Ambiente	27.294	27.247	-	16
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	32.359	20.116	2.381	2.846
Poda de Árvores	23.748	25.852	-	-
Limpeza de Faixa	31.754	35.806	-	-
Reprografia e Publicações Legais	9.170	12.434	505	449
Inspeção de Unidades Consumidoras	5.232	5.830	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	6.507	5.585	-	-
Manutenção de Aeronaves	940	598	903	2.794
Outros	90.925	52.704	1.488	858
	916.990	906.501	17.586	22.451

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2013	2012
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.121.040	2.208.652
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.285.471	707.376
Energia de Itaipu Binacional	1.015.530	885.477
Contratos por Cotas de Garantia Física	226.140	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	160.413	-
Energia de curto prazo	303.564	768.265
PROINFA	255.535	227.926
Contratos Bilaterais	333.451	291.238
Créditos de PASEP-COFINS	(493.861)	(406.298)
	5.207.283	4.682.636

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	121.005	227.077	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	171.181	3.245	5.969	(7.184)
Cíveis	(15.534)	30.737	(6.877)	372
Tributárias	(5.380)	(3.090)	(21.138)	(3.003)
Ambientais	(4.197)	1.069	(708)	777
Regulatórias	16.287	419.469	(3.468)	423.077
Outras	21.877	(7.715)	(1.644)	(13.686)
	184.234	443.715	(27.866)	400.353
	305.239	670.792	(27.866)	400.353

A Cemig Distribuição provisionou como créditos de liquidação duvidosa em 2012 o valor de R\$159.015 referente aos valores a receber de consumidores industriais em função de não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD.

Do montante de R\$423.077 provisionados em 2012, referente às contingências regulatórias, R\$403.162 refere-se ao valor que o Estado reteve e repassou à União referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12.

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2013	2012
Pessoal e Administradores	51.738	84.525
Materiais	387.345	645.601
Serviços de Terceiros	460.590	546.737
Outros	75.304	58.924
	974.977	1.335.787

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Arrendamentos e Aluguéis	104.091	100.535	4.948	818
Propaganda e Publicidade	43.044	7.319	1.532	361
Consumo Próprio de Energia Elétrica	12.901	14.017	-	-
Subvenções e Doações	40.283	37.211	2.414	1.465
Taxa de Fiscalização da ANEEL	39.494	41.788	-	-
Concessão Onerosa	21.802	25.357	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	85.143	34.143	200	240
Seguros	8.159	7.788	2.809	2.172
Anuidade CCEE	8.170	6.028	3	3
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	83.405	125.519	1	44
FORLUZ – Custeio Administrativo	22.304	22.592	1.096	1.110
Apoio e Patrocínios	8.368	3.699	570	469
Direito de Propriedade ou de Uso	4.835	4.757	-	-
Indenizações Processuais	4.081	2.495	-	-
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	7.991	48.514	23.688	32.306
	494.071	481.762	37.261	38.988

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	299.757	201.000	89.733	31.746
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	158.762	154.474	-	-
Variações Cambiais	16.568	14.676	1	1
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras (11)	80.556	(41.666)	(46.227)	(41.666)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.685	21.499	-	-
Rendas FIDC	-	87.532	-	87.532
Variação Monetária	-	19.270	-	8.761
Variação Monetária de Depósito Judicial (11)	209.433	-	3.501	-
Atualização Monetária da CRC (Nota 12)	43.547	2.382.862	43.547	2.382.862
Atualização Líquida do Ativo Financeiro da Concessão	4.875	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	1.748	11.734	-	-
Outras	68.572	72.046	7.804	7.374
	885.503	2.923.427	98.359	2.476.610
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(697.827)	(811.440)	(21.460)	(103.691)
Variações Cambiais	(44.690)	(30.974)	(9)	(21)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(235.316)	(177.045)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(24.571)	(31.989)	-	-
Variação Monetária – P&D e PEE	-	(23.486)	-	-
Variação Monetária – Outras	-	(16.551)	-	(4)
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(93.768)	(93.427)	(4.613)	(4.599)
Outras	(97.806)	(108.970)	(2.330)	(28.967)
	(1.193.978)	(1.293.882)	(28.412)	(137.282)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(308.475)	1.629.545	69.947	2.339.328

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a Cemig D, foi em um percentual de 51,93% e Cemig GT 48,07% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União, o que representou um ganho para a Companhia de R\$313.100, sendo reconhecido no resultado financeiro o valor de R\$127.429 como reversão de PASEP e COFINS e R\$185.671 milhões como receita de variação monetária.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	530	127	1.139	1.439	19.512	31.004	-	(7.767)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	19.373	-	-	-	-	-	-
Companhia de Gás de Minas Gerais								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	20.664	-	-	-	-	-	-
Cia Centroeste de Minas								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	930	-	-	-	-	-	-	-
Cia Transudeste de Transmissão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	219	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.946	8.246	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	634	1.621	-	-	(5.429)	(14.422)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	3.253	3.645	-	-	(29.005)	(33.715)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	37.716	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia S.A								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	331	717	-	223	(5.591)	(5.299)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.968	26.218	-	-	-	-	-	-
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	(9.682)	-
Hidroelétrica Pipoca S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.999	2.898	-	-	-	-	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	225	140	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Debêntures (3)	-	-	59.352	52.758	-	-	(6.595)	(5.862)
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (2)	-	2.422.099	-	-	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	8.381	9.213	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	57.437	51.227	-	-	(101.346)	(93.427)
Despesa com pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(77.058)	(71.554)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(22.302)	(22.369)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	1.404	1.323	-	-	(16.684)	(17.394)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	750.302	763.643	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (7)	-	-	67.775	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (7)	-	-	972.622	611.956	-	-	(91.467)	(73.934)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (2) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 12 destas Demonstrações Contábeis consolidadas;
- (3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Os contratos foram ajustados a valor presente, conforme CPC 12;
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 22) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (5) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 22) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (7) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;
- (8) Aluguel do edifício sede.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2013	Vencimento
Norte Energia	Coligada	Fiança	Financiamento	749.739	2042
Saesa	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	971.299	2034
Saesa	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	218.021	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	11.493	2023
				1.950.552	

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2013 e 2012 é conforme segue:

	2013	2012
Remuneração	8.692	7.762
Participação nos Resultados	2.450	2.301
Benefícios Pós Emprego	930	888
Benefícios Assistenciais	129	1.243
	12.201	12.194

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 12, 18, 22 e 26.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,85%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 0,65% a 0,90%, IGP-M + 4,70% a 6,00%, taxa fixa 8,5% a 11,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis;

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2013		2012		01/01/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:						
Empréstimos e Recebíveis						
Equivalentes de Caixa – Bancos	74.713	74.713	73.352	73.352	87.448	87.448
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2.127.114	2.127.114	1.845.773	1.845.773	2.016.422	2.016.422
Consumidores e Revendedores	2.092.038	2.092.038	2.079.279	2.079.279	2.129.171	2.129.171
Concessionários – Transporte de Energia	248.808	248.808	357.811	357.811	307.769	307.769
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	2.422.099	2.422.099	-	-
Ativos Financeiros da Concessão	245.547	245.547	177.901	177.901	758.338	758.338
Depósitos Vinculados a Litígios	1.180.274	1.180.274	1.300.507	1.300.507	1.276.232	1.276.232
Fundos Vinculados	1.877	1.877	132.493	132.493	3.386	3.386
	5.970.371	5.970.371	8.389.215	8.389.215	6.578.766	6.578.766
Disponíveis para venda						
Ativos Financeiros da Concessão	5.558.708	5.558.708	5.585.254	5.585.254	3.118.126	3.118.126
Mantidos até o Vencimento						
Títulos e Valores Mobiliários	385.582	384.755	582.249	583.976	-	-
Valor justo por meio do resultado:						
Mantidos para negociação						
Títulos e Valores Mobiliários	637.712	637.712	174.009	174.009	356.327	356.327
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	-	-	20.445	20.445	-	-
Passivos financeiros:						
Avaliados ao custo amortizado						
Fornecedores	1.066.358	1.066.358	1.305.935	1.305.935	843.697	843.697
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	807.739	807.739	814.870	814.870	846.581	846.581
Concessões a Pagar	172.395	267.000	187.718	367.614	137.619	190.126
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.457.364	9.620.195	10.415.793	10.964.252	10.503.891	10.339.533
	11.503.856	11.761.292	12.724.316	13.452.671	12.331.788	12.219.937

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2013		2012	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	16.975	39.765	29.301	59.854
Fornecedores (Itaipu Binacional)	76.982	179.924	87.137	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	-	(8.168)	(23.823)
	93.957	219.689	108.270	216.211
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 20)	1.974	6.384	2.638	7.111
Passivo Líquido Exposto		226.073		223.322

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2014 será uma valorização de 0,30% para o dólar (R\$2,350) e uma desvalorização de 8,94% para o Euro (R\$2,938). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2013	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	39.765	39.884	49.855	59.826
Fornecedores (Itaipu Binacional)	179.924	180.462	225.578	270.693
	219.689	220.346	275.433	330.519
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	6.384	5.836	7.295	8.754
Passivo Líquido Exposto	226.073	226.182	282.728	339.273
Efeito Líquido da Variação Cambial		109	56.655	113.200

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$50.511 (R\$45.026, em 31 de dezembro de 2012).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2013	2012
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.127.114	1.845.773
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.023.294	756.258
Fundos Vinculados	1.877	132.493
	3.152.285	2.734.524
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 20)	(3.944.258)	(5.594.724)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 20)	(141.741)	(162.698)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	-	(600.000)
	(4.085.999)	(6.357.422)
Passivo Líquido Exposto	(933.714)	(3.622.898)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao efeito de taxas de juros em 2013, onde a Companhia tem ativos líquidos, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 10,80% e 5,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 10,80% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 13,50% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 16,20% TJLP 7,50%
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.127.114	2.356.842	2.414.274	2.471.706
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.023.294	1.133.810	1.161.439	1.189.068
Fundos Vinculados	1.877	2.080	2.130	2.181
	3.152.285	3.492.732	3.577.843	3.662.955
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 20)	(3.944.258)	(4.370.238)	(4.476.733)	(4.583.228)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 20)	(141.741)	(148.828)	(150.600)	(152.372)
	(4.085.999)	(4.519.066)	(4.627.333)	(4.735.600)
Passivo Líquido Exposto	(933.714)	(1.026.334)	(1.049.490)	(1.072.645)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(92.620)	(115.776)	(138.931)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2013	2012
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 14)	5.558.708	5.585.254
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(4.500.896)	(2.934.157)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 20)	(483.524)	(454.117)
	(4.984.420)	(3.388.274)
Ativo Líquido Exposto	574.288	2.196.980

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,98% e 6,41%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,98% IGP-M 6,41%	Cenário Possível IPCA 7,48% IGP-M 8,01%	Cenário Remoto IPCA 8,97% IGP-M 9,62%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 13)	5.558.708	5.915.021	6.003.961	6.093.456
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(4.500.896)	(4.770.050)	(4.837.563)	(4.904.626)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 20)	(483.524)	(514.518)	(522.254)	(530.039)
	(4.984.420)	(5.284.568)	(5.359.817)	(5.434.665)
Ativo Líquido Exposto	574.288	630.453	644.144	658.791
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		56.165	69.856	84.503

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	557.757	743.202	1.201.132	6.028.614	5.446.964	13.977.669
Concessões a pagar	1.766	5.226	13.702	63.395	150.268	234.357
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	8.661	26.313	71.758	489.280	855.107	1.451.119
	568.184	774.741	1.286.592	6.581.289	6.452.339	15.663.145
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.066.358	-	-	-	-	1.066.358
	1.634.542	774.741	1.286.592	6.581.289	6.452.339	16.729.503

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	426	1.295	3.530	24.073	42.071	71.395
- Pré-fixadas						
Fornecedores	15.325	-	-	-	-	15.325
	15.751	1.295	3.530	24.073	42.071	86.720

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em 31 de dezembro de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$532.745.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2013, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig e suas controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 2013 no montante de R\$1.006 (ganho de R\$20.445 em 2012), registrados no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto a Companhia não possui, em 31 de dezembro de 2013 nenhuma operação desta natureza em aberto. Os contratos eram de *swap* cambial e de taxa de juros cuja contraparte da operação era o banco Santander - ABN.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de riscos financeiros.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Controlada Cemig Distribuição em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado	Ganho (Perda) Realizado		Valor Recebido	Valor Pago
					31/12/2013	31/12/2012		
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	(227)	(23.823)	-	(24.050)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	1.233	44.268	45.501	-
					1.006	20.445		

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012
Total do Passivo	17.175.785	21.019.885	17.955.058
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.201.827)	(1.919.125)	(2.103.870)
(-) Fundos Vinculados	(1.877)	(132.493)	(3.386)
Passivo Líquido	14.972.081	18.968.267	15.847.802
Total do Patrimônio Líquido	12.638.357	11.549.996	11.666.264
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,18	1,64	1,36

30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Valor justo em 31 de dezembro de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	117.333	-	117.333	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	37.758	-	37.758	-
Letras Financeiras - Bancos	354.857	-	354.857	-
Debêntures	106.848	-	106.848	-
Outros	20.915	-	20.915	-
	637.711	-	637.711	-
Fundos Vinculados	1.877	-	1.877	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.558.708	-	-	5.558.708
	6.198.296	-	639.588	5.558.708

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo a partir de 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 14.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

31. SEGUROS

A Cemig e suas controladas mantêm apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	29/04/2013 a 29/04/2014	US\$11.869	US\$203
	Responsabilidade Civil	29/04/2013 a 29/04/2014	US\$28.000	
Almoxarifados, Instalações prediais e equipamentos de telecomunicações	Incêndio (1)	08/11/2012 a 08/01/2014	R\$937.252	R\$276
Risco operacional – geradores, turbinas e equipamentos de potência com valor superior a R\$1.500	Total (2)	07/12/2013 a 07/12/2014	R\$1.911.562	R\$2.467
Riscos nomeados	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquina, danos elétricos, tumultos, greves, lock-out	19/04/2013 a 19/04/2014	R\$35.345	R\$120
Responsabilidade civil	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquina, danos elétricos, tumultos, greves, lock-out	19/04/2013 a 19/04/2014	R\$11.715	R\$45

(1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2014 a 08 de janeiro de 2015, exceto para tanques de óleo com estoque da UTE Igarapé, que foi incluído na apólice de risco operacional, cuja vigência é até 07 de dezembro de 2014, e almoxarifado, em processo de contratação;

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$190.781 mil.

A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.232.223	1.306.206	1.469.679	938.717	639.081	2.871.458	9.457.364
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	818.619	841.168	797.827	838.657	821.903	27.889.030	32.007.204
Compra de Energia - Leilão	2.555.368	2.440.054	2.367.967	2.529.408	2.715.267	63.093.634	75.701.698
Compra de Energia - Bilaterais	308.984	312.144	272.018	278.284	291.033	1.740.076	3.202.539
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	140.027	147.941	168.691	179.190	188.312	8.873.122	9.697.283
Cotas de Garantias Físicas	289.423	230.096	255.447	274.175	277.768	13.107.610	14.434.519
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	22.081	29.038	30.614	32.220	33.865	1.713.990	1.861.808
Outros contratos de compra de energia	1.666.245	2.078.383	1.916.591	2.281.375	2.130.865	39.571.055	49.644.514
Concessão Onerosa	20.405	17.679	14.522	12.936	11.527	95.326	172.395
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	57.436	60.883	64.536	68.408	72.512	483.964	807.739
Arrendamentos Operacionais	68.588	49.611	16.683	16.683	16.683	66.732	234.980
Total	8.179.399	7.513.203	7.374.575	7.450.053	7.198.816	159.505.997	197.222.043

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento a Debenturistas

Em 14 de janeiro de 2014, a Diretoria da Cemig GT aprovou o pagamento de amortizações e juros da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$547.236. O pagamento foi realizado em 15 de janeiro de 2014.

Em 14 de fevereiro de 2014 foi aprovado o pagamento de juros da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 3ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$106.418. O pagamento foi realizado em 17 de fevereiro de 2014.

Em 14 de fevereiro de 2014, a Diretoria da Cemig D aprovou o pagamento de juros aos titulares das debêntures em circulação da 3ª Emissão, em 1ª, 2ª e 3ª Séries, no valor total de R\$128.798. O pagamento foi realizado no dia 17 de fevereiro de 2014.

Cemig e Grupo EPM formam consórcio para participar do processo de venda da empresa colombiana Isagén

Em 07 de março de 2014, a Cemig informou ao mercado a formação de um consórcio com Empresas Públicas de Medellín ("EPM"), uma empresa de serviços públicos de Colômbia, para participar do processo de privatização da empresa Isagén.

Aumento de participação na Madeira Energia

Em 11 de março de 2014, o Fundo de Investimento em Participações Melbourne – FIP Melbourne (“Fundo”), do qual a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) é cotista, representado pelo BANCO MODAL S.A., na condição de Comprador, celebrou, com a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), na condição de Vendedora, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, sujeita ao cumprimento de certas condições, de 83% (oitenta e três por cento) do capital social total e 49% (quarenta e nove por cento) das ações com a direito a voto da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”). A SAAG, deterá, até a data de conclusão da transação (“Data de Fechamento”), 12,4% (doze inteiros e quatro centésimos por cento) de participação na Madeira Energia S.A. (MESA). A operação foi objeto de deliberação no Conselho de Administração da Cemig GT em 06 de março de 2014.

A estrutura da operação se dará, obrigatoriamente, através de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”) e outros veículos, na qual a Cemig GT terá participação minoritária, de modo que não deterá mais que 50% (cinquenta por cento) do capital votante de nenhum veículo ou mais que 50% (cinquenta por cento) do patrimônio de nenhum dos FIPs, preservando a natureza privada da estrutura.

O preço desta aquisição será de R\$835.385, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA verificada entre 31 de dezembro de 2013 e a Data de Fechamento, acrescidos dos aportes de capital realizados pela AGP na SAAG até a Data de Fechamento e deduzido dos eventuais dividendos declarados pela SAAG à AGP até a Data de Fechamento.

A conclusão da transação permanece sujeita a outras condições suspensivas, dentre as quais as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Publicação do Decreto nº 8.203/14 – Repasse de recursos da CDE

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que altera o Decreto 7.891/13, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE para a competência de janeiro de 2014. O montante do recurso da CDE a ser repassado para a controlada CEMIG D, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, referente à compra de energia ocorrida durante o mês de janeiro de 2014, é de R\$91.338.